

h ze  
#

# Relatório de Atividades e Contas 2021

---

abril 2022



12

*Handwritten notes:*  
V. 03  
2/3  
1

Índice

<b>1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE VIANA DO CASTELO (SMVC)</b> .....	4
<b>2. OBJETIVOS DE GESTÃO   MISSÃO   VISÃO   VALORES</b> .....	6
<b>3. PRINCIPAIS INDICADORES DE SÍNTESE DO BALANÇO SOCIAL</b> .....	8
3.1 Gestão de Recursos Humanos.....	8
3.2 Estrutura organizacional e funções.....	8
3.3 Taxa de feminização.....	10
3.4 Nível etário médio, leque etário e taxa de envelhecimento.....	10
3.5 Taxa de absentismo.....	11
3.6 Taxa de incidência de acidentes de trabalho.....	12
3.7 Taxa de indisciplina.....	13
3.8 Conclusão.....	13
<b>4. RELATÓRIO DE ATIVIDADES   2021</b> .....	15
4.1 Introdução.....	15
4.1.1 Sistema Público Municipal de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública de Viana do Castelo.....	17
4.1.2 Sinopse   2021.....	17
4.2 O Sistema Público de Gestão de Resíduos.....	24
4.2.1 Sistemas de gestão patrimonial e de infraestruturas.....	24
4.2.2 Gestão ativos   plataforma de gestão.....	24
4.2.3 Gestão de utentes   sistema de informação geográfica.....	26
4.3 Gestão de resíduos urbanos  2021.....	30
4.3.1 Caracterização física dos resíduos urbanos.....	30
4.3.2 Resíduos Urbanos Indiferenciados (RUI).....	31
4.3.3 Biorresíduos de espaços verdes e alimentares.....	32
4.3.4 Retomas da recolha seletiva trifluxe.....	34
4.3.5 Preparação para reutilização e reciclagem.....	36
4.3.6 Sistema de descarga de resíduos urbanos.....	37
4.3.7 Sistema de transporte dos resíduos urbanos.....	45
4.3.8 O projeto Viana Abraça.....	51
4.4 Gestão da atividade de limpeza pública.....	53

1

4.4.1	Definição   enquadramento.....	54
4.4.2	Área de intervenção.....	54
4.4.3	Sistema de descarga associados à gestão da limpeza pública .....	55
4.4.4	Sistema de recolha e transporte associado à gestão limpeza pública da via e espaços públicos.....	57
4.5	Principais investimentos  2021 .....	59
4.5.1	Equipamentos de descarga .....	59
4.5.2	Equipamentos de transporte .....	62
4.6	Certificação do sistema de gestão integrado da qualidade, ambiente e segurança e saúde no trabalho .....	63
4.7	Entidade reguladora dos serviços de águas e resíduos   avaliação.....	64
5.	BALANÇO SOCIAL .....	66
5.1	Relação jurídica de emprego e carreiras.....	68
5.2	Taxa de feminização.....	69
5.3	Nível etário médio, leque etário e taxa de envelhecimento .....	69
5.4	Estrutura habilitacional.....	70
5.5	Saídas e admissões.....	71
5.6	Modalidades de horário e trabalho extraordinário.....	72
5.7	Taxa de absentismo e Taxa de incidência de Acidentes de Trabalho.....	73
5.8	Organização e atividade sindical e Formação .....	75
5.9	Prestações sociais e Taxa de indisciplina.....	75
6	RELATÓRIO E CONTAS   2021 .....	77
6.1	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	77
6.1.1	Balanço.....	85
6.1.2	Demonstração de resultados por natureza .....	86
6.1.3	Demonstração das alterações no património líquido.....	87
6.1.4	Demonstração de fluxos de caixa.....	88
6.1.5	Anexo às demonstrações Financeiras.....	89
	Anexo I – Caracterização da entidade.....	93
	Anexo II - Organograma e Órgãos de Gestão .....	94
	Anexo III - Ativos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento.....	95
	Anexo IV – Inventários .....	98



Handwritten marks and signatures in the top right corner.

Anexo V – Provisões.....	98
7 DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS .....	99
7.1 Demonstração do desempenho orçamental .....	99
7.2 Demonstração de execução orçamental da receita .....	100
7.3 Demonstração de execução orçamental da despesa .....	102
7.4 Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos .....	104
7.5 Anexo às demonstrações orçamentais.....	105
Anexo I - Alterações orçamentais da receita.....	105
Anexo II - Alterações orçamentais da despesa.....	106
Anexo III - Alterações ao PPI / GOP .....	107
Anexo IV - Operações de tesouraria .....	107
Anexo VI - Contratação administrativa - Situação dos contratos .....	109
Anexo VII - Transferências e subsídios – Recebidos.....	109
Dívida a terceiros por antiguidade de saldos.....	110
7.6 OUTROS DOCUMENTOS .....	111
7.6.1 Declarações .....	111
7.6.2 Certificação Legal das Contas.....	114

3

## 1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE VIANA DO CASTELO (SMVC)

O ano de 2021, tal como o ano de 2020, fica marcado pela pandemia provocada pelo SARS-CoV-2, responsável pela doença da COVID-19 com prejuízo para diversos setores da economia, sobretudo, para o setor social. Neste contexto, todos os trabalhadores dos SMVC, estiveram na linha da frente, sempre ao serviço das populações no cumprimento das suas funções, garantindo e mantendo sempre ativos os serviços públicos municipais, como a recolha de resíduos urbanos e a limpeza pública. Razão pela qual, o Conselho de Administração expressa um agradecimento público a todos os seus trabalhadores que, de forma abnegada e num ano tão adverso como o da pandemia, desempenharam as suas funções.

Iniciou funções um novo Executivo Municipal e, desde 18 de outubro de 2021, um novo Conselho de Administração dos SMVC.

Mantendo-se numa linha de continuidade, mas também de novos desafios e novas abordagens, a função dos Serviços Municipalizados está focada na recolha, transporte e encaminhamento dos Resíduos Urbanos indiferenciados, na recolha e transporte dos biorresíduos alimentares e de espaços verdes, bem como os Resíduo e Equipamentos Elétricos e Eletrónicos para valorização/reciclagem e, ainda, na Limpeza Pública da cidade (Monserrate e Santa Maria Maior), bem como alguns espaços públicos da Meadela e da freguesia de Darque. Este início de ciclo fica também marcado por novos desafios e novos objetivos, a comunicação com a população com o objetivo de melhor esclarecer todos, será primordial, assim como um trabalho em parceria com as escolas e jovens de todo o concelho, numa perspetiva de educação ambiental.

Em perspetiva está o PERVIANA 2030 (Plano Estratégico de Resíduos Urbanos Viana 2021-2030) que, esperamos, concretizará a política do município de Viana do Castelo para a gestão dos resíduos urbanos produzidos até 2030 no seu território.

O plano que brevemente se apresentará, ambicionará a concretização de uma visão do papel da gestão dos resíduos urbanos em Viana do Castelo no contexto da diminuição do



Qualidade de Serviço  
de Gestão de Resíduos Urbanos  
Prestado aos Utilizadores



impacto da produção e gestão de resíduos urbanos no ar, na água, no solo e na saúde pública, na utilização eficiente dos recursos, na preservação dos recursos naturais, na valorização de recursos endógenos renováveis, no desenvolvimento de uma economia mais sustentável e menos dependente da importação de matérias-primas e de energia, na conservação da natureza e da biodiversidade e na promoção de uma sociedade desenvolvida, mais justa e mais inclusiva.

Será promovido pelos Serviços Municipalizados de Viana do Castelo na qualidade de Entidade Gestora (em baixa) responsável pelo serviço público municipal de gestão de resíduos sólidos urbanos, titulado pela Câmara Municipal de Viana do Castelo.

Por fim, os SMVC assumem o objetivo de continuar a afirmar-se como uma Entidade de Referência Nacional nas suas áreas de atuação, procurando elevar sempre e cada vez mais os padrões de desempenho com espírito de missão, almejando alcançar o objetivo de serviço público disponível e acessível a todos os cidadãos do nosso concelho. Para isso o Conselho de Administração assumiu o compromisso de adotar um modelo de gestão ética, social e ambientalmente responsável. Neste contexto, contamos com todos os seus colaboradores, a quem mais uma vez agradecemos por contribuírem para o bom desempenho desta Instituição Pública.

PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
(Carlota Gonçalves Borges)

1º VOGAL

\_\_\_\_\_  
(Ricardo Nuno Sá Rego)

2º VOGAL

\_\_\_\_\_  
(Maria Fabíola dos Santos Oliveira)



Qualidade de Serviço  
de Gestão de Resíduos Urbanos  
Prestado aos Utilizadores





## 2. OBJETIVOS DE GESTÃO | MISSÃO | VISÃO | VALORES

Conforme temos observado em anos anteriores, os SMVC, no cumprimento da sua missão de serviço público municipal no setor dos resíduos e na atividade pública municipal de limpeza pública, estão empenhados na promoção de um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado, procurando sempre o envolvimento e a participação dos cidadãos, incumbindo-lhe:

- a) Proteger o ambiente, prevenindo e controlando os impactes ambientais negativos gerados pelas suas atividades;
- b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correta localização das atividades e serviços a seu cargo, um equilibrado desenvolvimento sócio económico e a valorização da paisagem;
- c) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações;
- d) Promover, em colaboração com os executivos autárquicos locais (juntas de freguesia), a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana;
- e) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente;
- f) Assegurar que as tarifas compatibilizem o desenvolvimento com proteção do ambiente e qualidade de vida dos utentes e dos cidadãos;
- g) Pesquisar e implementar soluções tecnológicas inovadoras na gestão de recursos de forma melhorar a eficácia e eficiência dos seus processos.
- h) Assegurar o cumprimento da legislação, regulamentação e requisitos em vigor aplicáveis às suas atividades, produtos e serviços;
- i) Avaliar sistematicamente os resultados obtidos tendo em vista a melhoria contínua dos sistemas de gestão implementados;
- j) Manter ativa a comunicação interna e externa com todas as partes interessadas, assegurando ainda o compromisso de consulta e participação dos trabalhadores, e quando existam, dos representantes dos trabalhadores;





- k) Proporcionar condições de trabalho seguras e saudáveis para prevenir lesões e afeções da saúde relacionadas com o trabalho de forma assegurar e manter elevados padrões de desempenho em matéria de segurança e saúde ocupacional.

Como entidade gestora responsável, os SMVC compreendem a necessidade fornecer um serviço de excelência para a qualidade de vida da população e a necessidade de se constituírem numa organização orientada para a proteção do ambiente e para a segurança e saúde dos seus trabalhadores e de outras pessoas que possam ser afetadas pelas suas atividades.

7

### Missão

A satisfação das necessidades coletivas da população do município de Viana do Castelo, nos domínios da Gestão Pública Municipal dos Resíduos Urbanos e da Gestão da Atividade de Limpeza Pública, são a razão da existência da atividade empresarial local desenvolvida pelo município de Viana do Castelo, através dos Serviços Municipalizados.

### Visão

Prestar um serviço público de referência no setor dos resíduos e na atividade da limpeza pública através da gestão sustentada da organização.

### Valores

Na qualidade de entidade pública, os SMVC requerem para a sua atividade o mais absoluto rigor e transparência, atuando segundo os princípios da legalidade, prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos utentes e dos cidadãos, boa administração, da igualdade, proporcionalidade, da justiça e da razoabilidade, da boa-fé, colaboração, participação e decisão.

Os SMVC conferem a todos os que neles trabalham e interagem, designadamente, parceiros e fornecedores, uma maior responsabilidade no que respeita à sua conduta e desempenho.



Qualidade de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos Prestado aos Utilizadores



### 3. PRINCIPAIS INDICADORES DE SÍNTESE DO BALANÇO SOCIAL

#### 3.1 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

A gestão de recursos humanos nos Serviços Municipalizados, como em qualquer organização pública ou privada, consubstancia-se no balanço social que é, reconhecidamente, um meio de informação, um utensílio de negociação ou de concertação e um instrumento de planeamento e gestão nas áreas sociais e de recursos humanos. A sua elaboração e publicação, no caso concreto dos SMVC pelo facto de ter mais de 100 trabalhadores, é obrigatória conforme Lei do Balanço Social (Lei n.º 141/85, de 14 de novembro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 9/92, de 22 de janeiro). Observamos que, ao longo dos anos, este instrumento de gestão de recursos humanos tem fornecido um conjunto de informações essenciais sobre a situação social dos SMVC, expondo os pontos fortes e pontos fracos da gestão social dos seus recursos humanos, permitindo à direção e à administração investimentos sociais, designadamente, em instalações e equipamentos e programas de ação, por exemplo, formação profissional e vigilância no âmbito da saúde ocupacional que visam a realização pessoal dos trabalhadores, a sua identificação com a organização e a melhoria da sua própria vida.

As informações sobre a Gestão de Pessoal, nomeadamente, o vínculo laboral e a sua caracterização, por idade, género, antiguidade, relação de emprego, estrutura habilitacional, absentismo, trabalho extraordinário, acidentes em serviço e ações de formação, encontram-se detalhadamente descritas no Balanço Social que se anexa ao presente Relatório. No entanto, salientam-se seguidamente alguns dos principais indicadores de síntese do Balanço Social.

#### 3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNÇÕES

Para o desenvolvimento das suas atividades os SMVC estão vinculados ao Regulamento da organização dos serviços Municipais — Estrutura Flexível (Despacho n.º 988/2013 de 17 de janeiro).



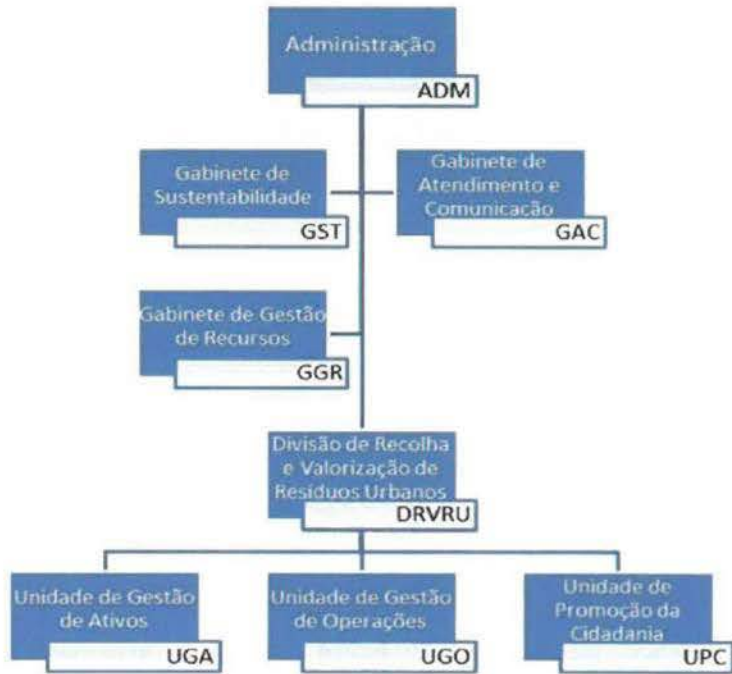
Qualidade de Serviço  
de Gestão de Resíduos Urbanos  
Prestado aos Utilizadores



*Handwritten notes:*  
foa 5  
B  
[Signature]

Para além deste regulamento, os SMVC possuem também um Manual de Funções, no qual constam as principais responsabilidades, qualificações e requisitos mínimos para um desempenho dessas mesmas funções.

A 31 de dezembro de 2021 e com 115 trabalhadores no seu mapa de pessoal, os SMVC estão organizados da forma ilustrada na figura seguinte.



O conselho de Administração dos SMVC é constituído por um presidente e dois vogais.



Qualidade de Serviço  
de Gestão de Resíduos Urbanos  
Prestado aos Utilizadores





### 3.3 TAXA DE FEMINIZAÇÃO

A Taxa de feminização nos SMVC é de 13,4%, ou seja, do total de 115 trabalhadores, 15 são do género feminino.



10

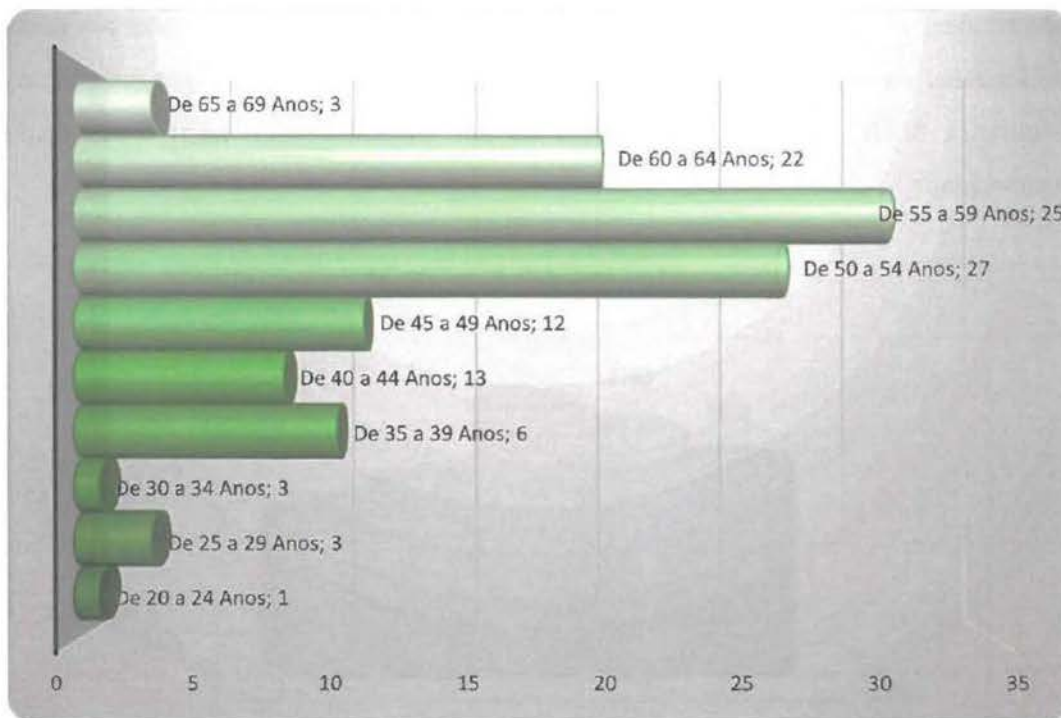
Conforme demonstra o Quadro anterior, constata-se haver uma predominância significativa do género masculino, 86,95%, no domínio das várias funções e competências atribuídas aos SMVC.

### 3.4 NÍVEL ETÁRIO MÉDIO, LEQUE ETÁRIO E TAXA DE ENVELHECIMENTO

É na faixa etária entre os 55 e os 54 anos, que se situa o maior número de colaboradores, conforme se constata do quadro seguinte. Fazem parte desta faixa etária 27 trabalhadores que corresponde a 23,47% do total de trabalhadores dos SMVC.



*Luza*  
*[Handwritten initials]*



Analisando o escalão etário com base na observação por género, conta-se que o maior número de homens (47) se situa na faixa etária entre os 50 e os 59 anos e o das mulheres (6) entre os 55 e os 64 anos. Globalmente, conclui-se que 77,39% dos trabalhadores em exercício de funções tem mais de 45 anos, sendo a média de idade de 52 anos para os homens e mulheres.

O leque etário, que se traduz na diferença entre o indivíduo mais novo que tem 24 anos e o mais velho que tem 67 anos é de 43 anos.

A taxa de envelhecimento, que tem como referência, o somatório dos efetivos de idade igual ou superior a 60 anos, é de 25 efetivos, situando-se nos 21,73%.

### 3.5 TAXA DE ABSENTISMO

No Ano de 2021, foram contabilizados, conforme se observa do quadro seguinte, 4.202 dias de ausência ao trabalho (5.099 em 2020). A percentagem de ausências ao trabalho, justificadas medicamente por doença, foi de 91,05% (92,61% em 2020). Esta

percentagem decorre do facto de 6 colaboradores em 2020, estarem ausentes por doença prolongada, quatro dos quais aguardam decisão da Caixa Geral de Aposentações e/ou Segurança Social para aposentação/reforma por enquadramento legal e/ou eventual incapacidade.

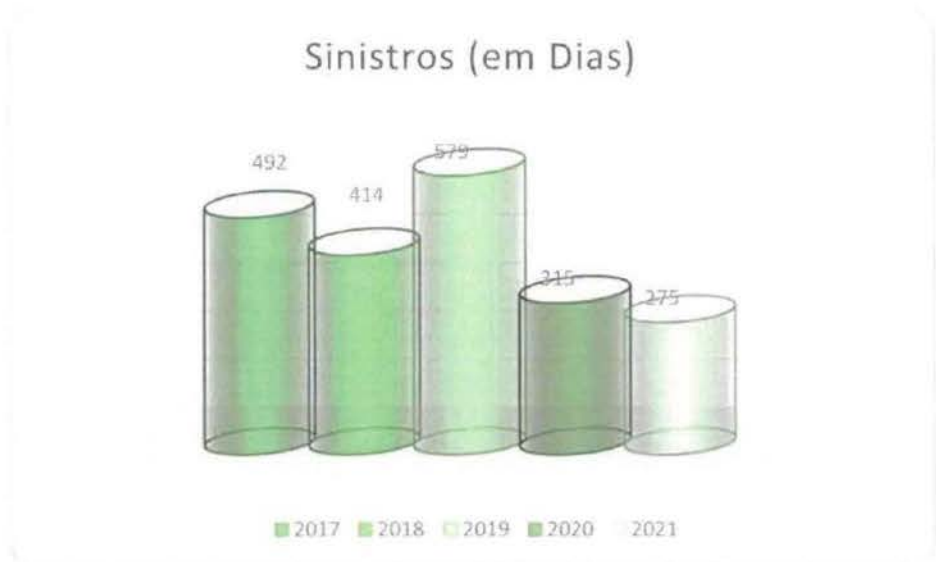


A Taxa de absentismo, em 2021, foi de 14%. Este valor é obtido, face ao Total de dias de ausência de todos os trabalhadores (4202, não incluindo férias) divididos pelo Total de dias potenciais de trabalho (28.865 dias úteis de trabalho do total de trabalhadores, 115), multiplicado por 100.

### 3.6 TAXA DE INCIDÊNCIA DE ACIDENTES DE TRABALHO

Em 2021, registaram-se 9 acidentes de trabalho (6 em 2020). O número total de dias perdidos com baixa por acidente em serviço, observável pelo quadro seguinte, foi de 275 dias (315, em 2020), a que, considerando o n.º total de dias ausências ao trabalho (4.202) corresponde uma taxa de dias perdidos por acidentes de trabalho de 6,54%.

*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*



Relativamente à incidência de acidentes de trabalho (n.º acidentes de trabalho/n.º de trabalhadores\*100), em 2021, registou-se uma taxa de 7,82% (5,2%, em 2020).

**3.7 TAXA DE INDISCIPLINA**

Em 2021, não se registaram ações disciplinares.

**3.8 CONCLUSÃO**

Em conclusão e no seguimento do trabalho observado em anos anteriores, a administração dos SMVC compromete-se, continuamente a apoiar a definição das melhores políticas e aplicá-las à organização com vista à melhor gestão e avaliação dos serviços públicos essenciais prestados aos vianenses, perseguindo o aumento da sua eficiência. Por outro lado, garantir o esforço na definição de políticas de recursos humanos nos SMVC, nomeadamente no que se refere aos regimes de emprego, combatendo a precariedade e de condições de trabalho, mantendo o regime de vigilância e proteção social dos seus trabalhadores, qualificação e desenvolvimento profissional e avaliação, dinamizando e coordenando a sua aplicação, na procura da satisfação do interesse público comum e motivação de todos os trabalhadores.



Qualidade de Serviço  
 de Gestão de Resíduos Urbanos  
 Prestado aos Utilizadores



# Relatório de Atividades 2021



Qualidade de Serviço  
de Gestão de Resíduos Urbanos  
Prestado aos Utilizadores







## 4. RELATÓRIO DE ATIVIDADES | 2021

### 4.1 INTRODUÇÃO

O município de Viana do Castelo conta com um total de 27 freguesias e uniões de freguesia (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**), estende-se por uma área de 319,02 km<sup>2</sup>, e está integrado na NUTS III Alto Minho (DGT, 2021). O município integra a Comunidade Intermunicipal do Alto-Minho conjuntamente com os restantes nove municípios daquela NUT III: Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença e Vila Nova de Cerveira.

15



Divisões administrativas do município de Viana de Castelo (CAOP 2020).

Segundo dados do INE (INE, 2021a), em 2020 o município de Viana do Castelo contava com 84.055 habitantes, 47% dos quais do sexo masculino e 53% do sexo feminino.

A densidade populacional do município situava-se, em 2019 (último ano com dados disponíveis pelo INE), em 264,6 hab/km<sup>2</sup>, valor consideravelmente superior ao do nível da NUTS III Alto Minho (103,8 hab/km<sup>2</sup>) e ao do nível nacional (111,6 hab/km<sup>2</sup>).

Aos SMVC, no domínio da gestão de resíduos urbanos, compete a definição e execução de políticas com vista à gestão ambientalmente adequada dos resíduos urbanos, realizada de acordo com os princípios legais e de mais critérios fixados nos instrumentos regulamentares e de planeamento. No que diz respeito à gestão da atividade de limpeza pública, compete perseguir o desenvolvimento sustentável e garantir a qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos residentes e de todos aqueles que visitam a cidade de Viana do Castelo. A limpeza pública, compreende o conjunto de atividades que se destinam à limpeza de ruas e outros espaços públicos não objeto de licenciamento para ocupação ou utilização da via pública, designadamente, eliminação de ervas, varredura e lavagem chafarizes, ruas e passeios, limpeza de sargetas, recolha de resíduos indevidamente colocados fora dos equipamentos destinados a resíduos indiferenciados e, ainda, a limpeza de dejetos caninos e remoção de grafitos resultantes de ações de cidadania indevidas.

#### 4.1.1 Sistema Público Municipal de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública de Viana do Castelo

#### 4.1.2 Sinopse | 2021

A política de resíduos integra as componentes da **prevenção, produção e gestão de resíduos** e tem como objetivo principal a **minimização do impacto negativo** da produção e gestão de resíduos na saúde humana e no ambiente, de acordo com o princípio da proteção da saúde humana e do ambiente.

O **plano estratégico** que estamos a preparar para a nossa terra e para o **horizonte 2022-2030**, enquadra-se nas orientações de regulação e de definição estratégica setorial dos resíduos urbanos adotadas nos contextos nacional e da União Europeia, bem como nas orientações estratégicas de natureza transversal nacional e comunitária nos quais o setor reveste uma importância instrumental.

No contexto europeu, o **Pacto Ecológico Europeu - Green Deal** (Comissão Europeia, 2019), publicado em dezembro de 2019, veio consolidar a estratégia de crescimento com o objetivo de se desenvolver uma sociedade equitativa e próspera, colocando a sua economia numa trajetória mais sustentável, eficiente na utilização dos recursos, competitiva, garantindo uma transição abrangente e inclusiva, que permita atingir os objetivos de neutralidade carbónica em 2050. A estrutura do Pacto Ecológico Europeu assenta em dez pilares, onde se destacam temas como o combate às alterações climáticas, a poluição e a estratégia para uma economia circular.

O Pacote para a **Economia Circular** decorre dos objetivos definidos no Pacto Ecológico Europeu, contribuindo para a modernização da economia europeia e tirar partido das oportunidades proporcionadas pela economia circular. Neste contexto, destaque vai para o **Novo Plano de Ação para a Economia Circular** (Comissão Europeia, 2020a), publicado em março de 2020, que surge com o objetivo de assegurar um quadro normativo adequado no contexto do mercado único, nomeadamente no que se refere à

Handwritten signatures and initials in the top right corner.



Qualidade de Serviço  
de Gestão de Resíduos Urbanos  
Prestado aos Utilizadores





melhoria da gestão dos resíduos, ao aumento da preparação para reutilização e reciclagem e redução da deposição de resíduos em aterro.

Ainda no âmbito do quadro do Pacto Ecológico Europeu, surge também a **estratégia Farm to Fork** (Comissão Europeia, 2020b) com objetivo de promover a transição para um sistema alimentar mais justo, saudável e ecológico, onde se preconiza a necessidade da redução das perdas alimentares e estímulo aos circuitos curtos de produção e consumo, ou o incentivo à regeneração de nutrientes e matéria orgânica do solo. Ao nível desta estratégia, merece destaque o objetivo de reduzir para metade o desperdício alimentar ao nível do retalho e do consumidor final até 2030, em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos para o efeito, o que viria a resultar numa diminuição dos biorresíduos produzidos.

A **Estratégia Europeia para os Plásticos**, adotada em 2018, visa assegurar que, até 2030, todas as embalagens de plástico colocadas no mercado da União sejam reutilizáveis ou facilmente recicláveis. Neste sentido, em 2019, foi publicada a Diretiva 2019/904 (UE), de 5 de junho de 2019 (**Diretiva SUP**) com o objetivo de prevenir e reduzir o impacto de determinados produtos de plástico no ambiente, mais particularmente no meio aquático, e na saúde humana, bem como promover a transição para uma economia circular com modelos de negócio, produtos e materiais inovadores e sustentáveis, contribuindo assim igualmente para o funcionamento eficiente do mercado interno.

Em temas setoriais merecem destaque (i) a **Diretiva Quadro Resíduos** - Diretiva 2008/98/CE, alterada pela Diretiva (UE) 2018/851, (ii) a **Diretiva Aterros** - Diretiva 1999/31/CE, alterada pela Diretiva (UE) 2018/850 e (iii) a **Diretiva Embalagens** - Diretiva 94/62/CE, alterada pela Diretiva (UE) 2018/852.

A Diretiva Quadro Resíduos (Diretiva 2008/98/CE, alterada pela Diretiva (UE) 2018/851), estabelece as medidas de proteção do ambiente e da saúde humana, prevenindo ou reduzindo a produção de resíduos, os impactos adversos decorrentes da produção e gestão de resíduos, e reduzindo os impactos gerais da utilização dos recursos, melhorando a eficiência dessa utilização, medidas essas que são fundamentais para a

transição para uma Economia Circular e para garantir a competitividade da União a longo prazo.

A Diretiva Aterros visa assegurar uma redução progressiva da deposição de resíduos em aterro, nomeadamente no que respeita a resíduos adequados para reciclagem ou outro tipo de valorização, assim como prever, por meio de requisitos operacionais e técnicos exigentes aplicáveis aos resíduos e aterros, medidas, processos e orientações destinados a evitar ou reduzir tanto quanto possível os efeitos nefastos para o ambiente, em especial a poluição das águas de superfície, das águas subterrâneas, do solo e da atmosfera, e para o ambiente a nível global, incluindo o efeito de estufa, bem como quaisquer riscos para a saúde humana decorrentes da deposição de resíduos em aterros, durante todo o ciclo de vida do mesmo.

A **Diretiva Embalagens** vem estabelecer medidas que visam, como primeira prioridade, evitar a produção de resíduos de embalagens e, como princípios fundamentais adicionais, a reutilização das embalagens, a reciclagem e as outras formas de valorização dos resíduos de embalagens, e, por conseguinte, a redução da eliminação final desses resíduos, a fim de contribuir para a transição para uma economia circular.

A nível nacional, Portugal aprovou o **Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050)**, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho, que estabelece uma trajetória de redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) entre 45% e 55% até 2030, entre 65% e 75% até 2040 e entre 85% e 90% até 2050, face aos valores registados em 2005, e níveis de sequestro de carbono de entre 9 e 13 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>, em 2050. Este documento estabelece um conjunto de vetores de descarbonização e linhas de atuação para uma sociedade neutra em carbono, entre os quais (i) prevenir a produção de resíduos, aumentar as taxas de reciclagem e reduzir muito significativamente a deposição de resíduos em aterro; e (ii) dinamizar a participação das cidades e das administrações locais na descarbonização, estimulando uma abordagem integrada aos seus diferentes vetores, em particular mobilidade, edifícios, serviços e gestão de resíduos. O RNC 2050, através de exercícios de modelação, prevê um potencial



de redução de emissões no setor dos resíduos e águas residuais que pode ir até 80% em 2050 face aos valores de 2005, como resultado do aumento da circularidade da economia, da eliminação de resíduos orgânicos em aterro e da redução da capitação da produção de resíduos.

O **Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030** (PNEC 2030), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho, e desenvolvido em articulação com o RNC 2050, é o principal instrumento de política energética e climática para a década 2021-2030, estabelecendo novas metas nacionais e sectoriais de redução de emissões de GEE, de produção de energia renovável e de eficiência energética. Dos objetivos definidos no PNEC 2030, merece destaque o objetivo de descarbonizar a Economia nacional, assegurando uma trajetória de redução de emissões nacionais de GEE em todos os setores de atividade, designadamente energia e indústria, mobilidade e transportes, agricultura e florestas e resíduos e águas residuais, promovendo a integração dos objetivos de mitigação nas políticas setoriais. Relativamente ao setor dos resíduos, refere-se a necessidade de uma mudança de paradigma no sentido de uma maior reutilização e reciclagem de resíduos, apostando numa economia mais circular e com menor desperdício. Entre as metas nacionais setoriais de redução de emissões de dióxido de carbono face a 2005, definidas no PNEC 2030, sublinha-se a redução de 30% no setor dos resíduos e águas residuais.

A **Estratégia Portugal 2030**, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 29 de outubro, reflete as orientações de vários planos, entre os quais o PNEC 2030 e, conseqüentemente, subordina-se à superação das necessidades estruturais do país. Esta estratégia está focada na transição climática, na sustentabilidade e no uso eficiente de recursos, promovendo a economia circular e respondendo ao desafio da transição energética e da resiliência do território. No setor dos resíduos, esta estratégia define a importância de aumentar a recolha seletiva de materiais de forma a garantir a qualidade dos fluxos permitindo assim taxas de reciclagem e de circularidade mais elevadas. Neste sentido, apontam-se as principais necessidades infraestruturais no sentido do reforço dos equipamentos que dinamizem a recolha diferenciada em detrimento da recolha de



resíduos misturados (e.g. recolha seletiva porta-a-porta, biorresíduos, embalagens, papel/cartão, vidro, têxteis, resíduos domésticos perigosos, monstros), reforçando os pontos e centros de recolha de resíduos, disponibilizando soluções de reciclagem na origem para os biorresíduos. Estas orientações vêm contempladas no domínio temático, definido nesta estratégia, de tornar a economia circular, onde se define um conjunto de eixos de intervenção, com destaque para a transformação de resíduos em recursos.

O **Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC)** em Portugal, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 190 A/2017, vem definir a estratégia nacional para a transformação de uma economia assente na produção e eliminação de resíduos numa economia circular assente nos conceitos de reutilização, reparação e renovação de materiais e energia. Este plano apresenta três níveis de ações, nomeadamente: (i) ações de cariz transversal e de âmbito nacional, (ii) agendas setoriais, sobretudo para setores mais intensivos no uso de recursos e de cariz exportador e (iii) agendas regionais, a serem adaptadas às especificidades socioeconómicas de cada região. O PAEC não estabelece metas específicas, pretendendo contribuir para a concretização de objetivos definidos em diferentes planos e estratégias que concorrem para o mesmo fim, definindo ações que venham contribuir para (i) o aumento dos resíduos urbanos preparados para reciclagem e (ii) a redução da deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro. Merece destaque a ação 5 (“Nova vida aos resíduos!”), que visa, entre outros objetivos, aumentar a introdução de matérias-primas secundárias na economia e diminuir a produção de resíduos.

No seguimento do PAEC surge **Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar (ENCDA)** e o respetivo **Plano de Ação de Combate ao Desperdício Alimentar (PACDA)**, aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2018, definindo três objetivos estratégicos — prevenção, redução e monitorização do desperdício alimentar —, que por sua vez se desagregam em nove objetivos operacionais, materializados num Plano de Ação com 14 medidas de natureza transversal e multidisciplinar, ao nível, designadamente, da informação, sensibilização e formação, da inovação e desenvolvimento tecnológico e da definição de metodologia de medição e de

avaliação do quadro legal e regulamentar aplicável, cuja implementação envolve a atuação coordenada dos diversos setores da administração pública com competências nas áreas de atuação relevantes. O PACDA identifica um conjunto de oportunidade, entre as quais a existência de metas de redução da quantidade de resíduos enviados para aterro, e ameaças, com destaque para o risco de interpretação inadequada da Legislação de Resíduos por parte dos operadores, que deverão impactar a consecução dos objetivos (estratégicos e operacionais) identificados.

A **Estratégia Nacional de Educação Ambiental para o período 2017-2020 (ENEA 2020)**, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2017, estabelece um compromisso colaborativo, estratégico e de coesão na construção da literacia ambiental em Portugal, surgindo com o objetivo de sensibilizar os cidadãos, as empresas e as entidades públicas e privadas para a necessidade de melhorar a eficiência da utilização de recursos e para a promoção de economias circulares e de partilha menos consumidoras e desperdiçadoras, mais amigas do Ambiente e mais centradas nas especificidades dos territórios. A ENEA 2020 sublinha o papel da alteração de comportamentos, que traduzam uma maior e melhor consciência ambiental, na mudança de paradigma civilizacional convocada pelo desafio de viver bem dentro dos limites do Planeta. Esta estratégia orienta-se segundo três pilares essenciais, nomeadamente: (i) descarbonizar a sociedade, (ii) tornar a economia circular e (iii) valorizar o território. Ao setor dos resíduos cumpre um importante papel no domínio do incremento da circularidade dos materiais e da diminuição do impacto da produção de resíduos, incentivando a reutilização, a reciclagem e a extensão da utilidade dos recursos, dissuadindo a prática de «usar e deitar fora», consolidando a perceção dos resíduos recicláveis como recursos ao serviço de uma economia e sociedade mais sustentáveis.

A nível setorial e legislativo, assume particular importância o Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, que aprova o **Regime Geral da Gestão de Resíduos (RGGR)**, o **regime jurídico da deposição de resíduos em aterro** e altera o **regime da gestão de fluxos específicos de resíduos**, transpondo para a ordem jurídica interna as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852, de 30 de maio de 2018.





O RGGR que vem estabelecer medidas de proteção do ambiente e da saúde humana necessárias para prevenir ou reduzir a produção de resíduos e os impactos adversos decorrentes da produção e gestão de resíduos, para diminuir os impactos globais da utilização dos recursos e para melhorar a eficiência dessa utilização, com vista à transição para uma Economia Circular e para garantir a competitividade a longo prazo.

O **Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2030** (PNGR 2030), virá estabelecer a estratégia, de âmbito geográfico nacional para o período 2021 a 2030, relativa à prevenção e gestão de resíduos e as regras orientadoras que asseguram a sua coerência com demais Planos e instrumentos específicos e respetivo contributo para a descarbonização no contexto da necessária transição para uma economia circular. A eficiência na aplicação e a coerência das medidas constantes do Plano, bem como a possibilidade de sinergias na gestão de diferentes tipologias de resíduos, contribuindo para uma gestão integrada dos mesmos, justificam que o PNGR enquadre estrategicamente os dois planos setoriais de cariz também nacional, nomeadamente o PERSU (Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos) e PERNU (Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos).

Neste contexto, surge a elaboração do **Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030** (PERSU 2030), determinada pelo Despacho n.º 4242/2020, de 7 de abril, dos Gabinetes do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital, dos Ministros do Planeamento e do Ambiente e da Ação Climática, da Ministra da Agricultura e do Ministro do Mar. Este plano estratégico (PERSU 2030) deverá apresentar-se como um documento evolutivo de quarta geração no qual se estabelece a política de resíduos em Portugal, para o período 2022 a 2030, orientando os agentes envolvidos para o estabelecimento de medidas e implementação de ações que assegurem o alinhamento do país com as políticas e orientações da União e, em consequência, dar um contributo de relevo para a melhoria do ambiente no geral. Este plano estratégico surgirá no seguimento dos planos precedentes, nomeadamente o PERSU 2020 e PERSU 2020+, vindo este último traduzir ajustamentos à estratégia que suporta a execução do PERSU 2020, com continuidade no período que decorre até elaboração do PERSU 2030.



Qualidade de Serviço  
de Gestão de Resíduos Urbanos  
Prestado aos Utilizadores





Ainda a um nível setorial, é de salientar a **Estratégia Nacional para os Biorresíduos**, apresentada pela Secretaria de Estado do Ambiente através do documento «Biorresíduos – Contas Certas nos resíduos», que identifica seis orientações diretas e quatro impulsionadores transversais orientados para a consecução dos objetivos de (i) garantir uma transição para a recolha seletiva de biorresíduos e a utilização da capacidade instalada de compostagem e de digestão anaeróbia, substituindo-se progressivamente as origens de recolha indiferenciada, (ii) promover a utilização do composto resultante da valorização dos biorresíduos e (iii) promover a instalação de equipamentos que permitam a recuperação do biogás proveniente das instalações de digestão anaeróbia.

## 4.2 O SISTEMA PÚBLICO DE GESTÃO DE RESÍDUOS

### 4.2.1 Sistemas de gestão patrimonial e de infraestruturas

Os SMVC dispõem de um conjunto de informações atualizadas das suas infraestruturas, a sua caracterização e a avaliação do seu estado funcional e de conservação através de um sistema de gestão patrimonial e infraestruturas.

### 4.2.2 Gestão ativos | plataforma de gestão

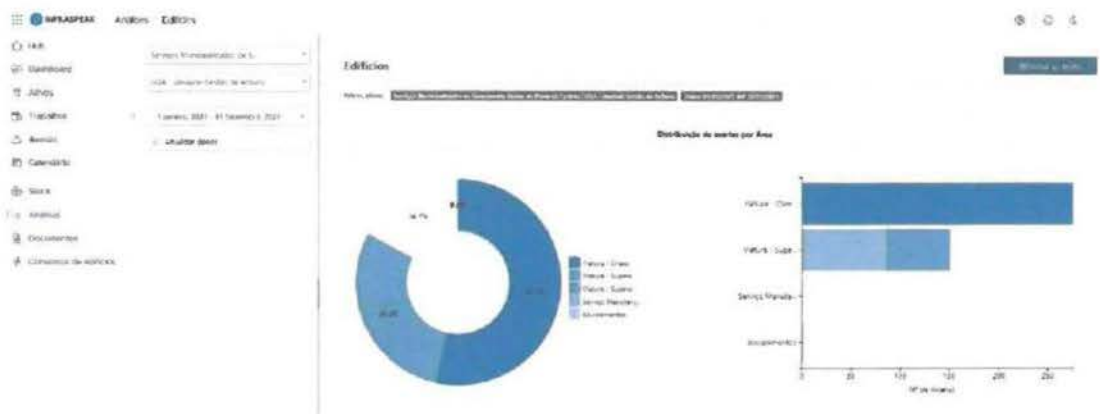
Desde 2020, os SMVC dispõem de uma **plataforma de gestão e manutenção de base tecnológica Near-Field Communication (NFC)**, pela facilidade de leitura dos dados, funcionamento *offline* e, sobretudo, pela sua fiabilidade e segurança. O acesso rápido à ficha técnica e manuais dos ativos, histórico das intervenções, lista de tarefas a executar e a possibilidade de reporte de incidências, permitem um **planeamento da manutenção preventiva e corretiva de uma forma mais fácil e intuitiva e uma gestão mais rápida e eficaz dos ativos ou património dos SMVC**. O controlo das intervenções e a obtenção de indicadores **é realizado em tempo real**. Mais do que um *software de facility management*, com interfaces *web* de acesso a indicadores de performance, análise de



## Relatório de Atividades | 2021



### Indicadores de Reporting



### 4.2.3 Gestão de utentes | sistema de informação geográfica

A quase totalidade dos cidadãos vianenses tem disponível o serviço de recolha e transporte de resíduos urbanos, observável através do Sistema de Informação Geográfica.

O Sistema de Informação Geográfica (SIG) é a infraestrutura de informação que permite o registo e a pesquisa de dados geográficos produzidos pelos SMVC. É neste sistema que os SMVC documentam o conjunto de dados geográficos que produzem ou mantêm, relativos ao território e no âmbito da gestão global do Sistema Público de gestão de Resíduos de Viana do Castelo.



Qualidade de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos Prestado aos Utilizadores



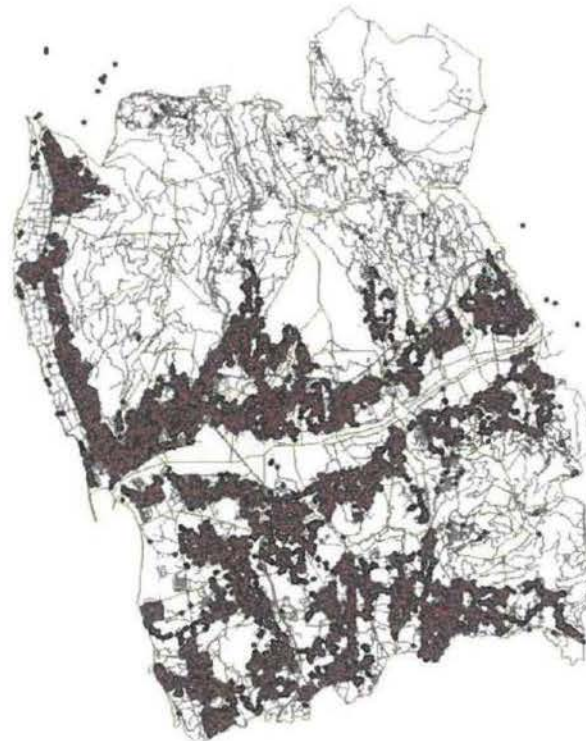


O SIG é igualmente **um espaço de dinamização, articulação e de organização** das atividades e de divulgação da informação, documentação e outras atividades relacionadas com Informação Geográfica.

No SIG são **Georreferenciadas o conjunto de ativos**, como por exemplo, contentores para resíduos indiferenciados, equipamentos para recolha do bifluxo de resíduos para valorização (papel/cartão e embalagens de plástico/metálico), **os circuitos de recolha e transporte de resíduos urbanos**, bem como, o **registo de entrega de compostores ou contentores para biorresíduos alimentares** por fogo/habitação/freguesia.

Seguem-se alguns exemplos da utilidade da ferramenta de informação geográfica.

O Primeiro exemplo, **ilustra a interface de consulta** da base de dados georreferenciada dos números de instalação das habitações dos utilizadores dos SMVC.



O segundo exemplo ilustra a **distribuição geográfica dos utilizadores** integrados no projeto Viana Abraça – Compostagem Doméstica.



Em seguida, uma ilustração do SIG referente ao **mapa da área de abrangência do projeto Viana Abraça – Recolha Seletiva de Biorresíduos Alimentares.**





**Relatório de Atividades | 2021**

Ainda, uma ilustração do SIG, da interface de consulta da base de dados georreferenciada dos números de série RFID das habitações dos utilizadores dos SMVC.



Finalmente, uma ilustração do SIG da **distribuição geográfica dos utilizadores integrados no projeto Viana Abraça – Recolha Seletiva de Biorresíduos Alimentares.**





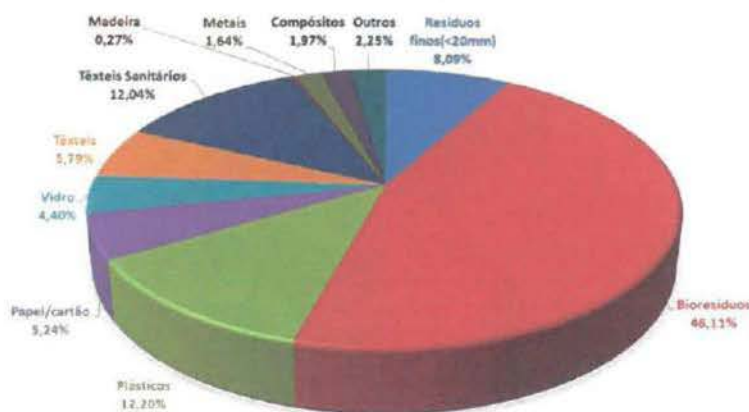
A terminar, um exemplo do SIG em que se ilustra as áreas de influência do plano da rede contentorização do projeto Viana Abraça – Recolha Seletiva de Biorresíduos Alimentares.



#### 4.3 GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS |2021

##### 4.3.1 Caracterização física dos resíduos urbanos

Na figura seguinte são apresentados os resultados da caracterização física dos Resíduos Urbanos (RU) produzidos em Viana do Castelo em 2021, elaborada pela Resulima e com base nas especificações técnicas legais e regulamentares.



Conforme se pode constatar, é bastante significativa a presença de recursos – presentes na globalidade dos **resíduos urbanos entregues para aterro**. A percentagem maior pertence à **fileira dos biorresíduos, com mais de 46%**, salientando a importância do projeto Viana Abraça – Valorização na fonte e recolha seletiva de biorresíduos alimentares. Como aspeto negativo, destaca-se a **percentagem de 23% de materiais suscetíveis de valorização através da reciclagem, como o vidro, papel/cartão e plásticos/metais**.

#### 4.3.2 Resíduos Urbanos Indiferenciados (RUI)

No ano 2021, verificou-se uma **ligeira subida na produção de resíduos urbanos indiferenciados (RUI)**, quando comparado com o ano 2020 (+0,6%), equivalente a cerca de **189,82 toneladas**, tendo sido geridos, pelos SMVC, cerca de 31 726 toneladas de Resíduos Urbanos (Resíduos urbanos indiferenciados e resíduos volumosos e/ou fora de uso).

O quadro seguinte ilustra a **evolução dos quantitativos relacionados com a recolha e transporte de resíduos indiferenciados**, entre 2018 e 2021, enviados para o aterro sanitário do Vale do Lima e Baixo Cávado, gerido pela Resulima, S.A..

Sob o ponto de vista técnico, a **estratégia** de prevenção da produção de resíduos consubstanciado no **projeto Viana Abraça** e na valorização na fonte e recolha seletiva de biorresíduos alimentares, terá permitido uma **“estabilização” da produção de resíduos indiferenciados**.

O Sistema Público de Gestão de Resíduos de Viana do Castelo, reflete uma **produção per capita de resíduos indiferenciados de 369,8 kg. (hab.\*ano)**, ou seja, uma produção diária desta fileira de resíduos na ordem dos **1,01 kg. (hab.\*dia)**. Resultados que fazem com que os SMVC se mantenham inquietos até à obtenção de valores zero, ou próximo de zero no âmbito da produção de resíduos urbanos indiferenciados.

#### 4.3.3 Biorresíduos de espaços verdes e alimentares

Consideram-se Biorresíduos os **resíduos biodegradáveis de espaços verdes**, nomeadamente, os de jardins, parques, campos desportivos, bem como os **resíduos biodegradáveis alimentares** e de cozinha das habitações, das unidades de fornecimento de refeições e de retalho e os resíduos similares das unidades de transformação de alimentos.

Em 2021 os **aderentes ao projeto de recolha seletiva de biorresíduos alimentares porta a porta**, totalizavam **149 estabelecimentos** de Ensino, de Restauração e Bebidas e Frutarias, portanto, utilizadores não-domésticos. Por outro lado, mais de **13 mil famílias reúnem condições para realizarem a separação e a descarga seletiva** desta belíssima matéria prima que todas as semanas os SMVC transportam para a Central de Valorização Orgânica da LIPOR – Porto (desde o início do corrente ano têm como destino final a Unidade de Confinamento, Preparação e Tratamento, gerida pela Resulima).



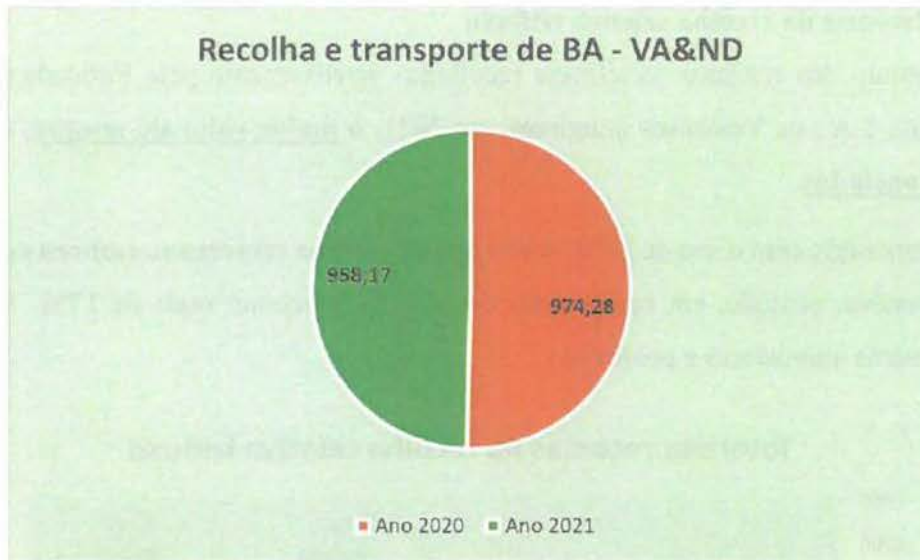
A quantidade de biorresíduos alimentares com origem nos contentores de rua do projeto Viana Abraça – Recolha Seletiva de Orgânicos e nos utilizadores não-domésticos em 2021, foi **958.17 ton., i.e., equivalente a uma média de 80 ton./mês.**

Os gráficos seguintes refletem i) os quantitativos (ton.) com origem na **rede de recolha e transporte de Biorresíduos Alimentares (BA) do projeto Viana Abraça (VA)** e com



origem nos utilizadores não-domésticos (ND); bem como (ii) os biorresíduos de espaços verdes, geridos pelos SMVC no ano de 2021.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



33

Em comparação com o ano 2020, assiste-se a uma diminuição dos quantitativos recolhidos e transportados (-16,11 ton.).

**Biorresíduos de espaços verdes (BEV). Valores em toneladas:**



Em comparação com o ano 2020, assiste-se a uma diminuição dos quantitativos recolhidos e transportados (-47,5 ton.).

#### 4.3.4 Retomas da recolha seletiva trífuxo

No domínio dos resíduos recicláveis recolhidos seletivamente pela Entidade Gestora Resulima S.A., os Vianenses atingiram, em 2021, o maior valor de sempre, ou seja, **6.190 toneladas**.

Em comparação com o ano de 2020, as retomas de **recolha cresceram, embora de forma inexpressiva**, contudo, em comparação com 2018, cresceram **mais de 17%**. Valores, francamente animadores e positivos.



O Sistema Público de gestão de Resíduos Urbanos de Viana do Castelo apresenta uma abrangência ou cobertura de **1 ecoponto por cada 133 habitantes** e uma produtividade por ecoponto (633 unidades), em 2021, de cerca de **9,8 ton..** Significa isto que, **cada Vianense separou, em 2021, um total de 72,15 kg/ano de materiais suscetíveis de serem valorizados através da sua reciclagem. Sublinha-se, um valor nunca alcançado!**

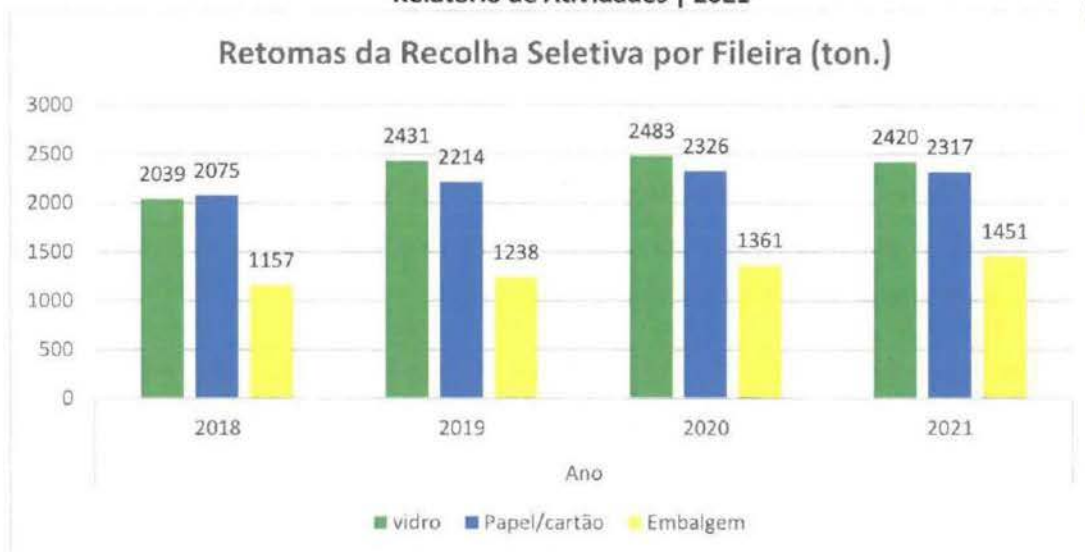
Recorda-se que a **meta para Retomas de Recolha Seletiva** prevista no PERSU 2020 para o Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU - Resulima) é de **45 kg(hab.\*Ano)**. Os resultados obtidos ao longo dos últimos anos (67 kg (hab.\*ano) em 2021, colocam Viana do Castelo numa posição cimeira e confortável nesta matéria, pese embora, seja compreensível que o SGRU-Resulima necessita do empenho, do esforço e dos melhores resultados de todos os municípios que o constituem.

O aumento da quantidade de resíduos recicláveis recolhidos seletivamente, simultaneamente acompanhada de um incremento da qualidade dos materiais recolhidos, sendo um objetivo da política de resíduos, evidenciado no PERSU 2020 e 2020+, em Viana do Castelo só foi possível porque o Município e o Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos em “Alta”, gerido pela Resulima, apostaram **em investimentos realizados nos últimos anos para um aumento do número de equipamentos e infraestruturas de recolha seletiva**, designadamente ecopontos.

Em face do antecedente, constata-se que em Viana do Castelo os investimentos realizados **surtiram os resultados esperados** no que concerne a um potencial aumento nos quantitativos de resíduos recolhidos seletivamente, não obstante a possibilidade de melhoria do seu incremento ser ainda maior com a entrada em funcionamento da estação de Tratamento Mecânico e Biológico.

A imagem seguinte reflete os quantitativos referentes à recolha seletiva trifluxe, papel/cartão, plástico/metalecal e vidro, em toneladas.





Em síntese e em abono da verdade, no domínio da recolha seletiva trifluxe os Vianenses, os SMVC e com certeza, a Resulima, continuam inquietos e esperançosos de que os resultados podem ainda ser melhores o que no passado. Portanto, espera-se a manutenção e até o reforço dos valores conseguidos na atualidade. Repare-se que desde **2018** (5.271 ton.) e até ao ano **2021** (6.190 ton.), Viana do Castelo regista **um crescimento** da recolha de seletiva trifluxe de **17,4%**.

#### 4.3.5 Preparação para reutilização e reciclagem

Considerando os resultados anteriores, em 2021, o **total** dos resíduos indiferenciados, urbanos geridos pelos SMVC **foi de 41.504 toneladas**. Ora, considerando o Anexo III do PERSU 2020 e assumindo-se 73,4% destes valores, conclui-se que existe um **potencial de desvio de aterro de 30.464 toneladas**. Considerando o quantitativo proveniente do Trifluxe e dos Biorresíduos, na ordem das 7.251 ton., obtemos **uma taxa de recuperação de 23,8%**, significando este, o modesto contributo de Viana do Castelo. A **meta de preparação para reutilização e reciclagem prevista no PERSU 2020 para os SGRU é 80%** (num cenário em que as entradas em Tratamento Mecânico e Biológico são convertidas em valorização orgânica através da aplicação de um coeficiente de 55%). Portanto, muito trabalho há, ainda, por fazer.

#### 4.3.6 Sistema de descarga de resíduos urbanos

No domínio da descarga de resíduos, **todos os produtores de resíduos urbanos são responsáveis pelo acondicionamento adequado** dos mesmos no interior dos equipamentos.

No caso dos **Óleos Alimentares Usados (OAU's)**, cuja gestão é responsabilidade da Entidade concessionária, Resulima S.A., devem ser acondicionados em garrafas de plástico, fechadas, e encaminhados pelo utilizador para o equipamento de cor laranja, destinado à descarga de OAU's, designado "Oleão" e que seguidamente se ilustra:



37



Os utilizadores estão obrigados a proceder à entrega de resíduos de **pilhas e acumuladores portáteis**, que detenham, sem qualquer acondicionamento, diretamente, nos equipamentos de recolha seletiva e cuja gestão é também responsabilidade da Entidade concessionária, Resulima S.A., de cor vermelha, designados "pilhões" e que seguidamente se ilustra:

Ou,

Devolvidos aos distribuidores de pilhas e acumuladores portáteis, sem encargos para os utilizadores. No entanto, se a forma, volume ou peso dos acumuladores portáteis não permitir a sua colocação no equipamento dos pontos de recolha, os mesmos devem ser entregues diretamente ao operador de gestão de resíduos devidamente licenciado ou, noutros locais, de acordo com as informações fornecidas pela entidade gestora ou

### Relatório de Atividades | 2021

devolvidos aos distribuidores de pilhas e acumuladores portáteis, sem encargos para os utilizadores.

Viana do Castelo, em 2021, dispôs de um conjunto bastante significativo de equipamentos para descarga coletiva de **pilhas e acumuladores portáteis (112 unidades)**, portanto, acessíveis à grande maioria dos cidadãos.

A **descarga dos resíduos urbanos das fileiras do plástico/metálico, vidro e papel/cartão** é efetuada diretamente, sem qualquer acondicionamento, no interior dos **ecopontos** destinados para o efeito, com gestão da responsabilidade da Entidade concessionária, Resulima S.A..



No total, Viana do Castelo dispõem de **633 ecopontos** para descarga coletiva das fileiras de resíduos de embalagem de **papel/cartão, plástico/metálico/ECAL e vidro**.



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



O equipamento de **cor azul** destinado à descarga de **papel/cartão**, o designado “Papelaão”.

O equipamento de **cor amarela** destinado à descarga de **plástico/metal/ECAL**, o designado “Embalão”.



O equipamento de **cor verde** destinado à descarga de **vidro**, o designado “Vidrão”.

O acondicionamento de **biorresíduos de natureza alimentar**, objeto de recolha individual porta-a-porta, por **utilizadores não-domésticos** cuja produção é proveniente de estabelecimentos do ramo alimentar, designadamente, restauração e bebidas, frutarias, cantinas e refeitórios, deve ser efetuada em **boas condições de higiene e estanquicidade** em **recipientes fechados** ou diretamente no **interior de contentores** definidos para o efeito e que seguidamente se ilustra.



No total, os SMVC dispõem de mais de **149 equipamentos para descarga de biorresíduos alimentares** com origem nos estabelecimentos do ramo alimentar, designadamente, restauração e bebidas, frutarias, cantinas e refeitórios.

O acondicionamento de **biorresíduos de natureza alimentar**, objeto de recolha coletiva, por **utilizadores domésticos** cuja produção é proveniente de habitações, deve ser efetuada em boas condições de higiene e estanquicidade em recipientes fechados ou diretamente no interior de contentores definidos para o efeito e que seguidamente se ilustra.

*[Handwritten signatures and initials]*



O projeto Viana Abraça, executado entre 2016 e 2020 concretizou a evolução mais significativa da gestão de resíduos urbanos do município de Viana do Castelo no quadro da execução do PAPERSU 2020. Com o objetivo de capacitar o modelo técnico para a recolha seletiva de biorresíduos no perímetro urbano e massificar a reciclagem na origem de biorresíduos (compostagem) no perímetro rural/periurbano, a instalação do projeto, **financiado pelo Fundo de Coesão do Acordo de Parceria Portugal 2020** através do **Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos**, contemplou a aquisição de 480 equipamentos de contentorização para deposição seletiva de biorresíduos, com tecnologia de abertura condicionada e de identificação do utilizador, 22 mil equipamentos para separação doméstica de biorresíduos, duas viaturas de recolha seletiva de biorresíduos e 7500 kits de compostagem. **Entre 2018 e 2021** foram incorporadas mais de **13 mil famílias** na separação de biorresíduos e mais de **7300 utilizadores na compostagem doméstica**. A eficiência de captação de biorresíduos alcançou valores de entre **50 e 72% dos biorresíduos produzidos** (equivalente a entre **99 e 141 kg/habitante\*ano**), na compostagem doméstica; e **67% na recolha seletiva de biorresíduos** (equivalente a **56 kg/habitante\*ano**), dados 2021.





O acondicionamento de **resíduos volumosos ou fora de uso, Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos, RCD'S** de obras não suscetíveis de licença ou comunicação prévia e Biorresíduos de espaços verdes, deve ser efetuado em sacos (*Big Bags*), preferencialmente biodegradáveis, ou diretamente no interior de recipientes disponibilizados para o efeito pelos SMVC.

42

No total, os SMVC dispõem de **4 equipamentos de 7,5 m3** e cerca de **60 big bags** disponíveis para descarga individual e porta a porta de resíduos volumosos ou fora de uso, Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos, RCD'S.



O quadro seguinte respalda a **evolução do número de pedido** do serviço auxiliar de transporte, designadamente, de resíduos volumosos e fora de uso insuscetíveis de serem descarregados nos contentores destinados a resíduos indiferenciados, ao longo dos últimos anos.

ANO	2018	2019	2020	2021
Número de pedidos	3522	3559	4271	4495

Comparativamente ao ano de 2020, em 2021 registaram-se **mais 224 pedidos de recolha auxiliar** observando-se uma **variação positiva de mais 5%**. Claramente, este serviço auxiliar ganha cada vez mais aceitação junto dos utentes. Pedidos, assim distribuídos: **278** pedidos para transporte de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE); **3023** pedidos de



Qualidade de Serviço  
de Gestão de Resíduos Urbanos  
Prestado aos Utilizadores



transporte de objetos volumosos e fora de uso em quantidade inferior a 1 m<sup>3</sup> por pedido; **290** pedidos com quantidade superior a 1 m<sup>3</sup> por pedido e; **904** pedidos de transporte de biorresíduos de espaços verdes (BEV).

O acondicionamento de **resíduos urbanos indiferenciados** deve ser efetuado em boas condições de higiene e estanquicidade, em **sacos, preferencialmente biodegradáveis**, devidamente **fechados**, não devendo a sua colocação ser a granel por forma a **não causar o espalhamento ou derrame dos mesmos**. São os seguintes, alguns dos equipamentos disponíveis.

43



Mais alguns exemplos.



*Handwritten signature or initials in blue ink.*



No total, os SMVC dispõem de **1.908 unidades** de equipamentos para descarga de Resíduos Indiferenciados e um **total de capacidade de deposição útil** de, aproximadamente, **2.984m<sup>3</sup>**.

Estes equipamentos são higienizados com recurso a viaturas de lavagem apropriadas, conforme exemplo que se apresenta na imagem seguinte.



A lavagem ou higienização de equipamentos tem sido alvo de melhorias para ir ao encontro das melhores expectativas dos utentes e das exigências da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).



Em 2021, foram lavados **4.366 equipamentos** e, em média, cada contentor do sistema público municipal de gestão de resíduos foi lavado a cada quatro meses.

Visualização da viatura em funcionamento através da ligação:

<https://www.facebook.com/vianaabraca/posts/1299952227002685>

45

#### 4.3.7 Sistema de transporte dos resíduos urbanos

Após a descarga nos equipamentos apropriados, e após a recolha, **os resíduos urbanos provenientes dos equipamentos de descarga indiferenciada** foram, em 2021 transportados pelos SMVC, enquanto Entidade Gestora, para o Aterro Sanitário do Vale do Lima e Baixo Cávado gerido pela Resulima. A partir de 2022, o tratamento em alta de todos os resíduos urbanos produzidos no território do município de Viana do Castelo, assegurado pela concessionária do SGRU - Resulima S.A., será desenvolvido nas novas instalações da Unidade de Confinamento, Preparação e Tratamento de Paradela, localizada no município de Barcelos.

Em 2021 os SMVC, operaram **9 viaturas de transporte**.



1 Viatura modelo de recolha de resíduos por carga traseira com capacidade de 20m<sup>3</sup>

4 Viaturas modelo de recolha de resíduos por carga traseira com capacidade de 15m<sup>3</sup>



1 Viaturas modelo de recolha de resíduos por carga traseira com capacidade de 5m<sup>3</sup>



3 Viaturas modelo de recolha de resíduos por carga lateral com capacidade de 25m<sup>3</sup>

Os **biorresíduos de natureza alimentar** provenientes dos respetivos equipamentos de descarga individual (utentes não-domésticos) e coletiva (utentes domésticos), foram, em 2021, transportados pelos SMVC, enquanto Entidade Gestora, para a Estação de Transferência do Aterro Sanitário do Vale do Lima e Baixo Cávado. Para a realização destas tarefas, os SMVC dispõem de **5 viaturas de transporte**.

*Arise*  


Uma viatura pesada, com sistema de elevação Amplirroll.



47



1 Viaturas modelo de recolha de resíduos por carga traseira com capacidade de 5m<sup>3</sup>

2 Viaturas modelo de recolha de resíduos por carga lateral com capacidade de 25 m<sup>3</sup>







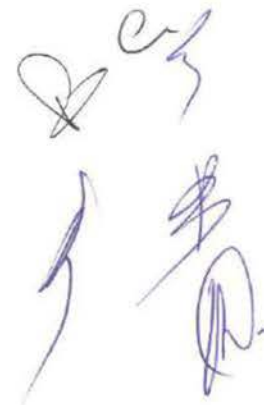
1 Viaturas modelo de recolha de resíduos com capacidade de 3 m<sup>3</sup>

48

Os resíduos volumosos ou fora de uso, Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos, RCD'S de obras não suscetíveis de licença ou comunicação prévia e Biorresíduos de espaços verdes são transportados pelos SMVC para a Estação de Transferência do Aterro Sanitário do Vale do Lima e Baixo Cávado.

A recolha e o transporte individual porta-porta referida anteriormente, **efetua-se mediante solicitação** pessoal, por telefone ou por qualquer meio escrito, do utilizador dirigido à Divisão de Recolha e Valorização de Resíduos Urbanos dos SMVC. **A recolha realiza-se em data, hora, local e nos termos previamente acordados para o efeito**, devendo o utilizador colocar o resíduo urbano a recolher devidamente acondicionado no local mais próximo possível da via pública.

Seguidamente, apresenta-se o formato do folheto informativo distribuído e disponível na página institucional dos SMVC.



Para realização desta tarefa os SMVC têm **quatro viaturas de transporte:**



Qualidade de Serviço  
de Gestão de Resíduos Urbanos  
Prestado aos Utilizadores.



Uma viatura pesada com grua de pinças



50

Uma viatura pesada de mercadorias com sistema multibenne e,

Duas viaturas ligeiras de mercadorias





*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*



Os serviços auxiliares de recolha de resíduos volumosos ou fora de uso, Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos, RCD'S de obras não suscetíveis de licença ou comunicação prévia e Biorresíduos de espaços verdes, em 2021, registaram 4.495 pedidos de recolha individual porta a porta, mais 5% comparativamente ao ano 2020, com 4.271 pedidos.

**4.3.8 O projeto Viana Abraça**

O projeto Viana Abraça preconiza a resposta estratégica do Município de Viana do Castelo no domínio da gestão de resíduos urbanos e do seu papel na transição para um modelo de Economia Circular, como tal vertido no período de programação 2014-2020 do seu Plano de Ação (PERVIANA2020) para o PERSU 2020. O projeto é apoiado pelos FEEI do Portugal 2020, através do PO SEUR, e conta com um investimento total de cerca de 4,5 MEUR.



Qualidade de Serviço  
de Gestão de Resíduos Urbanos  
Prestado aos Utilizadores



Executado entre 2016 e 2020, concretizou a evolução mais significativa da gestão de resíduos urbanos do município de Viana do Castelo no quadro da execução do PAPERSU 2020. Com o objetivo de capacitar o modelo técnico para a recolha seletiva de biorresíduos no perímetro urbano e massificar a reciclagem na origem de biorresíduos (compostagem) no perímetro rural/periurbano, a instalação do projeto, **financiado pelo Fundo de Coesão do Acordo de Parceria Portugal 2020 através do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos**, contemplou a aquisição de **480 equipamentos de contentorização** para deposição seletiva de biorresíduos, com tecnologia de abertura condicionada e de identificação do utilizador, **22 mil equipamentos para separação doméstica de biorresíduos, duas viaturas de recolha seletiva de biorresíduos e 7500 kits de compostagem**. Entre 2018 e 2020 tinham sido incorporadas mais **de 13 mil famílias na separação de biorresíduos** e mais de **7300 utilizadores na compostagem doméstica**. A eficiência de captação de biorresíduos alcançou valores de entre **50 e 72%** dos biorresíduos produzidos (equivalente a entre 99 e 141 kg/habitante\*ano), na compostagem doméstica; e **67%** na recolha seletiva de biorresíduos (equivalente a **56 kg/habitante\*ano**), Dados 2021.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

#### 4.4 GESTÃO DA ATIVIDADE DE LIMPEZA PÚBLICA



Qualidade de Serviço  
de Gestão de Resíduos Urbanos  
Prestado aos Utilizadores





#### 4.4.1 Definição | enquadramento

A Limpeza Pública define-se como o conjunto de atividades que se destinam à limpeza de ruas e outros espaços públicos não objeto de licenciamento para ocupação ou utilização da via pública, designadamente, **eliminação de ervas, varredura e lavagem chafarizes, ruas e passeios e limpeza de sargetas**, ainda, limpeza de dejetos caninos, remoção de grafitos e recolha de resíduos indevidamente colocados nas vias ou outros espaços públicos.

54

#### 4.4.2 Área de intervenção

Em 2021, a **área de Limpeza Pública** assegurada pelos SMVC foi de **5,02 Km<sup>2</sup>**, reportada à área total do conjunto das localidades de Monserrate e Santa Maria Maior da União das Freguesias da Cidade (Monserrate e Santa Maria Maior) e Meadela e onde residem cerca de 15.593 habitantes (Censos 2011), 18,2% do total dos habitantes.

**15.593**  
**Habitantes**  
**(18,2% do total)**

**5,02 Km<sup>2</sup>**



Handwritten signatures and initials in blue ink.

#### 4.4.3 Sistema de descarga associados à gestão da limpeza pública



Em 2021, o Município de Viana do Castelo dispunha de cerca de **573** unidades destinadas a pequenos resíduos indiferenciados gerados na via ou espaços públicos pelos cidadãos. Representam 114 unidades por Km<sup>2</sup>.

55

Complementarmente, o município de Viana do Castelo adotou a tipologia de um **equipamento bifluxe** para a via e espaços públicos e para os **pequenos resíduos valorizáveis gerados na via e nos espaços públicos**, num total de 95 unidades. Além da sua aplicação à área mais urbana da cidade, alguns destes equipamentos foram também aplicados ao longo das ciclo e ecovias.





Sinalética de apelo à **manutenção** dos espaços limpos e para a **presença** dos equipamentos bifluxo.

Mais um exemplo de sinalética de apelo à manutenção dos espaços limpos e para a **presença** dos equipamentos bifluxo.





*Handwritten notes in blue ink, including the number '3' and some illegible scribbles.*



Exemplo de equipamento bifluxo instalado

#### 4.4.4 Sistema de recolha e transporte associado à gestão limpeza pública da via e espaços públicos

Para o exercício das suas competências, os SMVC contam com o apoio de diversos equipamentos. Destacam-se,



Triciclo elétrico de apoio à varredura manual (duas unidades).

Viatura elétrica de apoio à **varredura mecânica** (uma unidade)



58



Viatura elétrica de apoio à **deservagem térmica e lavagem de pavimentos** (uma unidade).

Viatura de apoio à **recolha de resíduos da**  
**Unidade** de Gestão Operacional – Limpeza  
 Pública.



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

**Varredora** alocada à varredura **mecânica**.



#### 4.5 PRINCIPAIS INVESTIMENTOS |2021

##### 4.5.1 Equipamentos de descarga

Em 2021, foi necessário adquirir os **equipamentos de descarga** que se ilustram seguidamente, para garantir o normal e funcionamento das atividades (RU & Limpeza Pública) asseguradas pelos SMVC.





Cinquenta unidades

€ 39.250,00 + IVA

60



trinta unidades

€ 1.920,00 + IVA

*Handwritten notes in blue ink:*  
 h  
 ka  
 B  
 l  
 P

Vinte unidades (€ 4.200,00 + IVA)



61



Trinta unidades (€ 1.020,00 + IVA)

Trinta de 90 lts (€ 870,00 + IVA)





Oito conjuntos de mini ecopontos PRAIA em polietileno para quatro fileiras ( € 4.800,00 + IVA)

62

A aquisição do conjunto destes equipamentos no decurso do ano 2020, essenciais ao regular e normal funcionamento do Sistema Público de gestão de Resíduos e Limpeza Pública, implicou um investimento de € 52.060,00 (+IVA).

#### 4.5.2 Equipamentos de transporte

Serviços Municipalizados investiram, em 2021, cerca de **570 mil euros na aquisição de duas viaturas** pesadas para o Sistema Público de Gestão de Resíduos.

- Equipamento Combinado Para lavagem de contentores com sistema de elevação por carga lateral – 252.230,00€ (+Iva 23%);
- Varredora lavadora compacta: 161.000,00 € (+ Iva 23%);
- Viatura usada pesada de mercadorias equipada c/ sistema de recolha multibenne – 30,000 € (+Iva 23%)





#### 4.6 CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO DA QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

O serviço público essencial no âmbito do Sistema Público de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública **mantém, desde 2020, a certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho**, dando cumprimento às normas **ISO 9001, ISO 14001 e ISO 45001**. Neste âmbito e enquanto entidade gestora, os SMVC compreendem a necessidade de **prestar um serviço de excelência** e, assim, **contribuir para a qualidade de vida da população** e a necessidade de se constituírem como uma **organização responsável pela proteção do ambiente** e pela **segurança e saúde dos seus colaboradores** e de outras **pessoas que possam ser afetadas pelas suas atividades**.



Qualidade de Serviço  
de Gestão de Resíduos Urbanos  
Prestado aos Utilizadores





#### 4.7 ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS | AVALIAÇÃO

No âmbito da regulação das entidades gestoras de sistemas de gestão de resíduos urbanos, os SMVC **reportam anualmente** à entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos os **dados de qualidade de serviço e os dados económicos**. Os dados apresentados no quadro seguinte dizem respeito a indicadores do ano 2020.



Qualidade de Serviço  
de Gestão de Resíduos Urbanos  
Prestado aos Utilizadores



*Handwritten notes and signatures in the top right corner.*

**Entidade Gestora:**

SMSB de Viana do Castelo  
Passeio das Mardomas da Ferraia, 4504-877 VIANA DO CASTELO  
Tel. +351 258 248 100, Fax. +351 258 248 101, E-mail: geral@smvc.pt



**Perfil da entidade gestora:**

Modelo de gestão	Gestão direta (serviço municipalizado ou intermunicipalizado)
Entidade titular	CM de Viana do Castelo
Composição acionista	NA
Período de vigência do contrato	NA
Tipo de serviço	Em baixa
Utilizador do(s) sistema(s)	RESULIMA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.
Tipologia da área de intervenção	Área mediana urbana
População (hab.)	84065
Alçamentos servidos (n.º)	36879
Volume de atividade (Vano)	34828
Volume de atividade para reciclagem (Vano)	1184



65

**Perfil do sistema de gestão de resíduos:**

Ecopontos de deposição coletiva (n.º)	NA
Capacidade de recolha seletiva por habitante (m³/100 hab.)	NA
Obões (n.º)	167
Ecocentros (n.º)	0
Capacidade instalada de deposição indiferenciada (mt)	2983
Viaturas afetadas à recolha (n.º)	13
Índice de conhecimento de ativos físicos	71

**Ficha de avaliação da qualidade do serviço:**

Indicador	Avaliação 2020	Valor do indicador (valor de referência)	Fiabilidade dos dados	Histórico 2016 - 2020	Observações
<b>ADEQUAÇÃO DA INTERFACE COM O UTILIZADOR</b>					
RU 01 - Acessibilidade física do serviço	●	74 % [50;100]	★★★	✗	
RU 02 - Acessibilidade do serviço de recolha seletiva	●	54,2 % [70;100]	★★★	⊕	A responsabilidade pela eficácia de recolha seletiva nutricional é da entidade gestora em alta.
RU 03 - Acessibilidade económica do serviço	●	0,16 % [0;0,50]	★★★	—	
RU 04 - Lavagem de contentores	●	6,3 (-) [0;0,24 (-)]	★★★	—	
RU 05 - Resposta a reclamações e sugestões	●	100 % [0]	★★★	—	
<b>SUSTENTABILIDADE DA GESTÃO DO SERVIÇO</b>					
RU 06 - Cobertura dos gastos	✗	NR [100;110]		✗	Não foi evidenciada capacidade para o reporte das datas de acordo com as especificações definidas.
RU 07 - Reciclagem de resíduos de recolha seletiva	●	137 % [100]	★★★	—	A responsabilidade pela eficácia de recolha seletiva nutricional é da entidade gestora em alta.
RU 11 - Renovação do parque de viaturas	●	337.739 km/viatura [0;250000]	★★★	—	
RU 12 - Rentabilização do parque de viaturas	●	420 kg/(m².ano) [400;500]	★★★	—	
RU 13 - Adequação dos recursos humanos	●	2,0 n.º/10 <sup>4</sup> [1;0,2;5]	★★★	—	
<b>SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</b>					
RU 14 - Utilização de recursos energéticos	●	4,9 kgp/10 <sup>4</sup> [0;3;5]	★★★	—	
RU 16 - Emissão de gases com efeito de estufa da recolha seletiva	—	NA [0;50]		—	A responsabilidade pela eficácia de recolha seletiva nutricional é da entidade gestora em alta.
RU 17 - Emissão de gases com efeito de estufa da recolha indiferenciada	●	15 kg CO <sub>2</sub> /t [0;14]	★★★	—	

Avaliação: ● qualidade de serviço boa; ● qualidade de serviço mediana; ● qualidade de serviço insatisfatória; ⊕ alerta; — NA não aplicável; ✗ NR não respondeu

Fiabilidade dos dados: ● a menor fiabilidade e ● a maior fiabilidade

**Recomendações:**

A entidade gestora deve promover um esforço de melhoria particularmente do(s) indicador(es) com avaliação insatisfatória. A entidade gestora deve criar condições para melhorar a recolha da informação necessária ao cálculo dos indicadores.



Qualidade de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos Prestado aos Utilizadores





5. BALANÇO SOCIAL



# Balanço Social | 2021

Março 2022

Documento disponível em [www.smvc.pt](http://www.smvc.pt)



Qualidade de Serviço  
de Gestão de Resíduos Urbanos  
Prestado aos Utilizadores





## INTRODUÇÃO

O Balanço Social constitui um **importante instrumento de apoio à gestão de recursos humanos** de qualquer organização na medida em que **permite caracterizá-la socialmente**, identificar os seus **pontos fortes** e os seus **pontos fracos** e **corrigir as estratégias adotadas**, tendo presente a sua **missão e visão**.

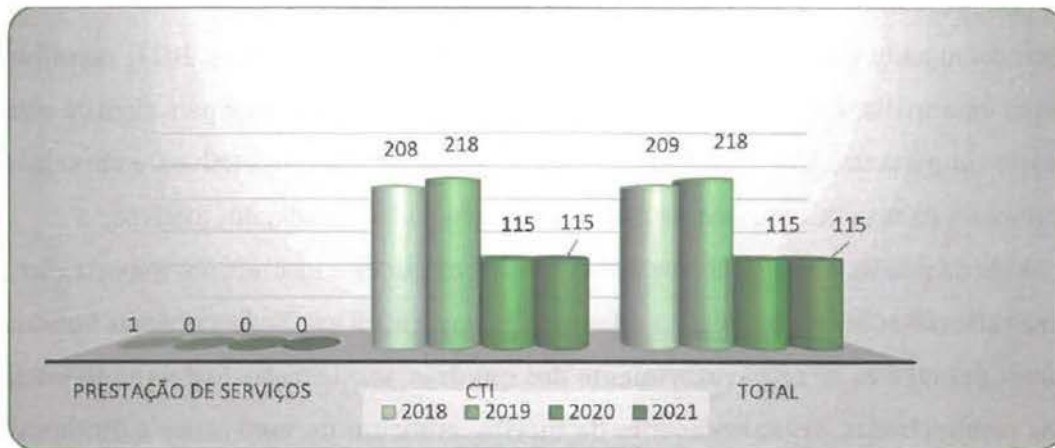
Este documento disponibiliza os indicadores de 2018, 2019, 2020 e 2021, permitindo assim uma análise comparativa dos mesmos, o que permite evidenciar para além de outros aspetos importantes, a continuidade no esforço de qualificação dos efetivos, e um sensível acréscimo da taxa de envelhecimento, aumentando a idade média dos efetivos.

Através da análise e avaliação dos dados facultados por este instrumento importa efetuar uma **reflexão sobre a estratégia a adotar relativamente à gestão de recursos humanos numa perspetiva de rejuvenescimento dos quadros**, manutenção do **desenvolvimento das competências**, **reconhecimento do mérito**, **aumento da motivação** e **diminuição da percentagem de absentismo**, aspetos essenciais para que os SMVC, no atual contexto das reformas em curso, atinjam os resultados definidos superiormente.

*Handwritten signature*

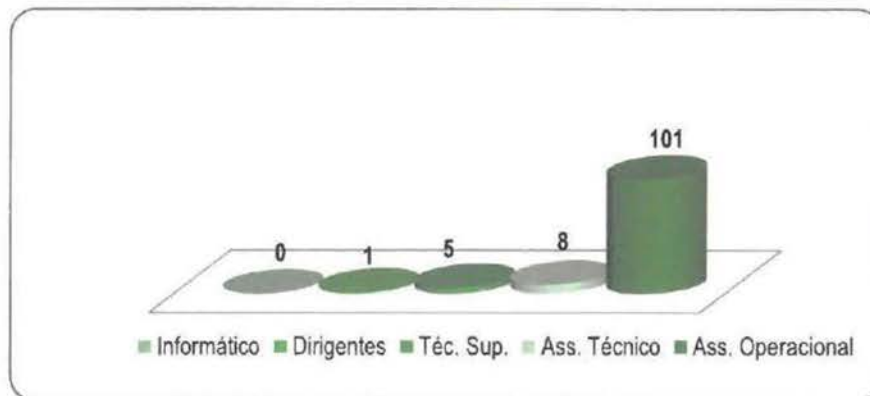
**5.1 RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO E CARREIRAS**

Em 31 de Dezembro de 2021, os SMVC contavam, para a prossecução das suas atividades, Gestão de RU e Limpeza Pública, incluindo as áreas de direção e suporte, com 115 colaboradores. Todos com contrato de trabalho por tempo indeterminado (CTI).



**EFFECTIVOS SEGUNDO O GRUPO DE PESSOAL**

Verifica-se, tal como em anos anteriores, a concentração do maior número de colaboradores, nos grupos de pessoal pertencentes á carreira de assistente operacional. Os assistentes Técnicos mantêm-se no segundo grupo mais representado. O facto de 87,82% dos trabalhadores dos SMVC, estarem integrados no grupo dos assistentes operacionais deve-se na sua maior parte aos trabalhadores inseridos na Divisão de Recolha e Valorização de Resíduos Urbanos.



Qualidade de Serviço  
de Gestão de Resíduos Urbanos  
Prestado aos Utilizadores





## 5.2 TAXA DE FEMINIZAÇÃO

A Taxa de feminização nos SMVC é de 13%, ou seja, do total de 115 trabalhadores, 15 são do género feminino.

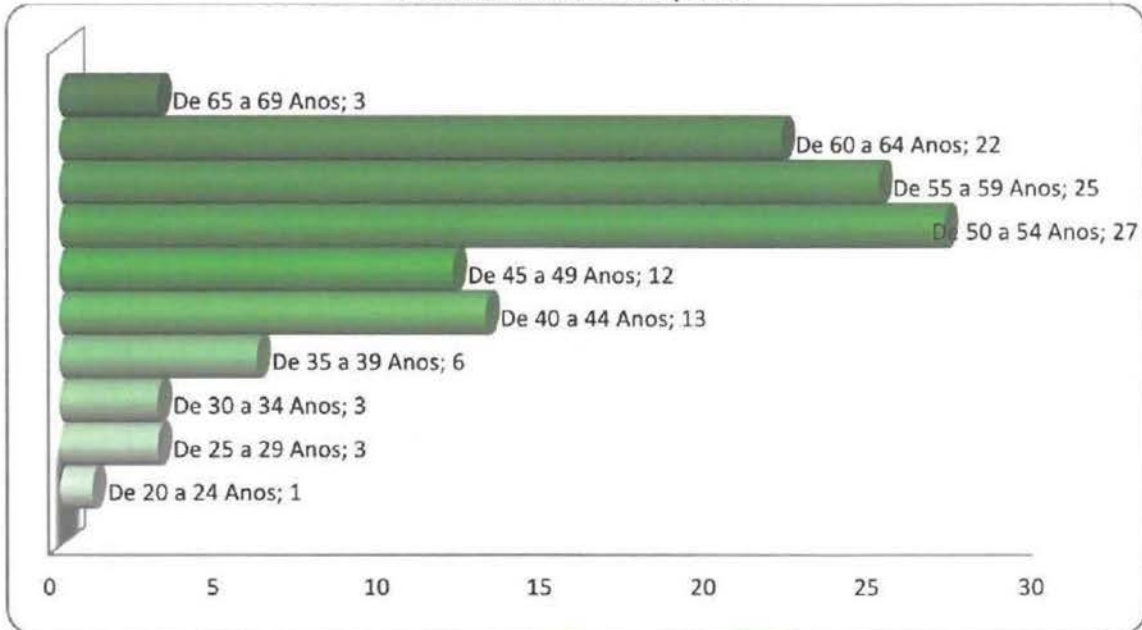


69

Conforme demonstra o Quadro anterior, constata-se haver uma **predominância significativa do género masculino, 87%**, no domínio das várias funções e competências atribuídas aos SMVC.

## 5.3 NÍVEL ETÁRIO MÉDIO, LEQUE ETÁRIO E TAXA DE ENVELHECIMENTO

É na faixa etária entre os **50 e os 54 anos**, que se situa o maior número de colaboradores, conforme se constata do quadro seguinte. Fazem parte desta faixa etária **27 colaboradores** que corresponde a **23,47% do total** de trabalhadores dos SMVC.



Analisando o escalão etário com base na observação por género, contacta-se que o maior número de homens (47) se situa na faixa etária entre os 50 e os 59 anos e o das mulheres (4) entre os 45 e os 49 anos. Globalmente, conclui-se que 77,39% dos colaboradores em exercício de funções tem mais de 45 anos, sendo a média de idade de 53 anos para os homens e mulheres.

O leque etário, que se traduz na diferença entre o indivíduo mais novo que tem 24 anos e o mais velho que tem 67 anos é de 43 anos.

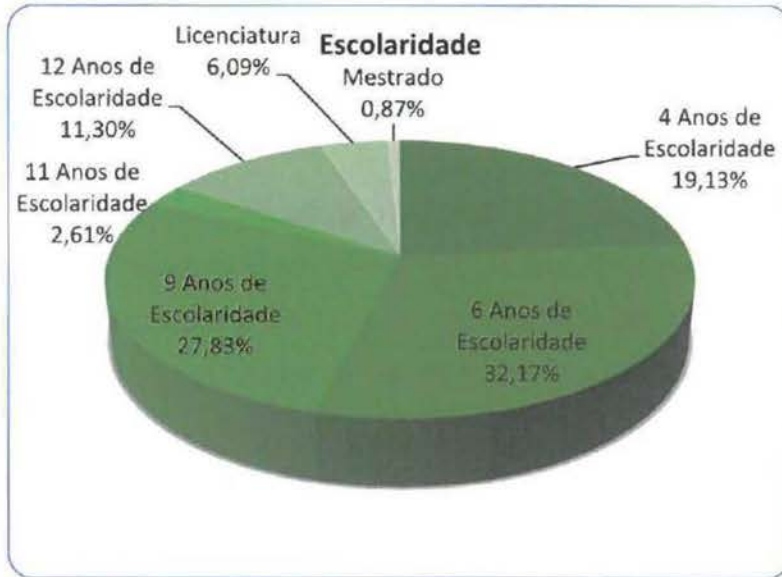
A taxa de envelhecimento, que tem como referência, o somatório dos efetivos de idade igual ou superior a 60 anos, é de 25 efetivos, situando-se nos 21,73%.

#### 5.4 ESTRUTURA HABILITACIONAL

A percentagem de colaboradores com **habilitação superior** (licenciatura) é de **6,96%**. Com efeito, são licenciados **7 dos colaboradores e 1 têm grau académico de Mestrado**. A **habilitação mais representada são o 6º ano e o 9º ano de escolaridade com 69 colaboradores**, representado no conjunto **60%** da habilitação escolar mais representada. Esta característica está iminentemente associada à admissão de colaboradores assistentes

operacionais recentemente verificada, cuja função que desempenham já exige habilitações literárias superiores face à data de nascimento.

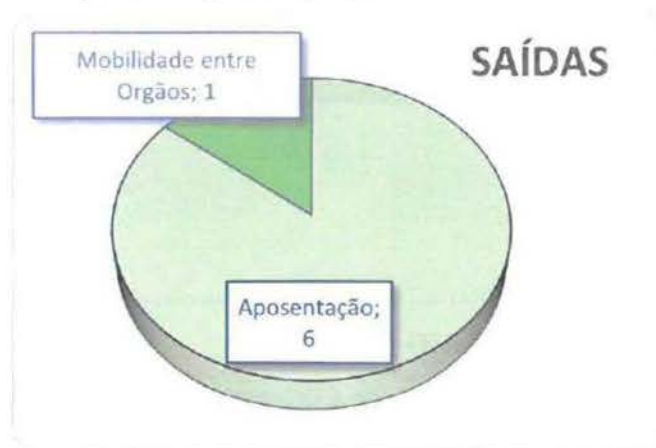
*Handwritten signature and scribbles in the top right corner.*



71

### 5.5 SAÍDAS E ADMISSÕES

O número de efetivos saídos no ano de 2021 dos SMVC, foi de 7 assistentes Operacionais (1-Mobilidade entre órgãos; 6 – aposentação).





## ADMISSÕES

O número de admissões verificadas no ano de 2021 nos SMVC foi de **6 Assistentes Operacionais**, via procedimento admissão para a função de cantoneiros de Limpeza e 1 Assistente Técnico através da mobilidade entre órgãos.

### 5.6 MODALIDADES DE HORÁRIO E TRABALHO EXTRAORDINÁRIO

As modalidades horárias praticadas nos SMVC são em função da natureza das suas atividades o horário rígido e os horários afetos ao regime de funcionamento especial no qual se inclui a jornada contínua. Em função do tipo de atividade estes horários estão distribuídos da seguinte forma: A jornada contínua, é praticada na sua quase totalidade pelos trabalhadores da Divisão de Recolha e Valorização de Resíduos Urbanos, principalmente nas funções ligadas ao setor de recolha de resíduos sólidos. Com isenção de horário de trabalho encontra-se o dirigente.



### TRABALHO EXTRAORDINÁRIO

Seguidamente podemos observar o número e do custo das horas extraordinárias de 2021. Comparativamente com o ano anterior, em que já se tinha conseguido um decréscimo de 17% no número de horas extraordinárias realizadas, **registou-se uma diminuição em mais de 15,38 %** (redução do n.º de horas trabalhadas em regime extraordinário: 1.037).



### 5.7 TAXA DE ABSENTISMO E TAXA DE INCIDÊNCIA DE ACIDENTES DE TRABALHO

No Ano de 2021, foram contabilizados, conforme se observa do quadro seguinte, **4.202 dias de ausência ao trabalho** (5.099 em 2020). A percentagem de ausências ao trabalho, **justificadas medicamente por doença**, foi de **91,05%** (92,61% em 2020). Esta percentagem decorre do facto de 6 colaboradores em 2021, estarem ausentes por doença prolongada, 4 dos quais aguardam decisão da Caixa Geral de Aposentações e/ou Segurança Social para aposentação/reforma por enquadramento legal e/ou eventual incapacidade.



A **Taxa de absentismo**, em 2021, foi de **14%** (15,5% em 2020). Este valor é obtido, face ao Total de dias de ausência de todos os trabalhadores (4202, não incluindo férias) divididos pelo Total de dias potenciais de trabalho (28.865 dias úteis de trabalho do total de trabalhadores, 115), multiplicado por 100.

### TAXA DE INCIDÊNCIA DE ACIDENTES DE TRABALHO

Em 2021, registaram-se **9 acidentes de trabalho** (16 em 2019 e 6 em 2020). O número total de dias perdidos com baixa por acidente em serviço, observável pelo quadro seguinte, foi de **275 dias** (579, em 2019 e 315 em 2020), a que, considerando o n.º total de dias ausências ao trabalho (4202) corresponde uma **taxa de dias perdidos por acidentes de trabalho de 6,54%**.



Relativamente à **incidência de acidentes de trabalho** (n.º acidentes de trabalho/n.º de trabalhadores\*100), em 2021, **registou-se uma taxa de 7,82%** (7,3%, em 2019, 5,2% em 2020).





## 5.8 ORGANIZAÇÃO E ATIVIDADE SINDICAL E FORMAÇÃO

No organismo regista-se aumento do **número de colaboradores sindicalizados** situando-se nos **98**, o que corresponde a **85,21%** do total dos efetivos.

### FORMAÇÃO

No ano em apreço, resumiu-se a **7 ações de formações** num total de **210 horas**. A taxa de formação por colaborador foi de 1,12 horas. As ações de formação realizadas, correspondem a **5 formações internas**, e **2 formações externas**, todas de duração inferior a 30 horas.

75

### ÁREAS TEMÁTICAS

A formação frequentada inseriu-se nas seguintes áreas:

Técnicas Avançadas de Secretariado – Comunicação e Imagem na Organização;

Auditorias a Sistemas Integrados de Gestão: Qualidade, Ambiente e Segurança;

Conhecimento das Recomendações-Ficha de Aptidão no Trabalho;

Sensibilização Covid 19;

Acolhimento;

Conhecimento/Sensibilização do SGI;

Plano de Contingência Covid 19.

## 5.9 PRESTAÇÕES SOCIAIS E TAXA DE INDISCIPLINA

As prestações que representam encargo foram: o subsídio familiar a crianças e jovens, o abono complementar a crianças e jovens deficientes, o subsídio de funeral e o subsídio de refeição e bolsa de estudo. Os encargos com as **prestações sociais ascenderam ao montante de 13.5901,25€**.

### TAXA DE INDISCIPLINA

Em 2021, não se registaram ações disciplinares.



Qualidade de Serviço  
de Gestão de Resíduos Urbanos  
Prestado aos Utilizadores





# Relatório de Gestão

## Ano económico

### 2021

76

PRESIDENTE

---

(Carlota Gonçalves Borges)

1º VOGAL

---

(Ricardo Nuno Sá Rego)

2º VOGAL

---

(Maria Fabíola dos Santos Oliveira)



Qualidade de Serviço  
de Gestão de Resíduos Urbanos  
Prestado aos Utilizadores



6 RELATÓRIO E CONTAS | 2021

6.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1.1 ORÇAMENTO

Para avaliar a execução do orçamento, apresentam-se no capítulo CONTAS, anexo a este relatório, os mapas de Controlo Orçamental da Receita e da Despesa.

77

1.1.1 ORÇAMENTO DA RECEITA

RECEITAS CORRENTES

	Valor	%
04 Tarifas, multas e outras penalidades	63,27	0,000
05 Rendimentos de propriedade	66,72	0,000
06 Transferências correntes	817 106,93	15,85
07 Vendas de bens e prest. Serv. Correntes	4 091 462,12	79,35
08 Outras receitas correntes	247 564,76	4,80
<b>Total receitas correntes</b>	<b>5 156 263,80</b>	<b>100,00</b>

Conforme se pode observar na composição da receita, o seu elemento principal continua a ser a venda de bens e prestação de serviços que representa 79,35 % das receitas correntes.



**Relatório de Gestão | 2021**  
**RECEITAS DE CAPITAL**

	Valor	%
09 Venda de bens de investimento	51 764,25	11,16
10 Transferências de capital	411 879,64	88,84
<b>Total receitas capital</b>	<b>463 643,89</b>	<b>100,00</b>

78

**1.1.2 ORÇAMENTO DA DESPESA**

Ao longo da execução orçamental verificou-se que as despesas com pessoal e com a aquisição de bens e serviços correntes, representaram, no exercício, 84,71% do total das despesas.

**DESPESAS CORRENTES**

	Valor	%
01 Pessoal	2 072 092,60	47,22
02 Aquisição de bens e serviços correntes	1 645 004,79	37,49
03 Encargos correntes da dívida	870,27	0,02
04 Transferências correntes	977,08	0,02
06 Outras despesas correntes	669 484,38	15,26
<b>Total das despesas correntes</b>	<b>4 388 429,12</b>	<b>100,00</b>

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

**Relatório de Gestão | 2021**  
**DESPESAS CAPITAL**

	Valor	%
07 Aquisição de bens de investimento	1 244 993,02	100,00
<b>Total das despesas capital</b>	<b>1 244 993,02</b>	<b>100,00</b>

79

A componente das despesas de capital é exclusivamente o valor dos investimentos, representando cerca de 22% da totalidade da despesa.

**1.1.3 ANÁLISE GLOBAL**

As receitas e as despesas, correntes e de capital, apresentam a seguinte estrutura:

**ESTRUTURA ORÇAMENTAL**

	Valor	%
Receitas correntes	5 156 263,80	91,75
Receitas de capital	463 643,89	8,25
<b>Total das receitas</b>	<b>5 619 907,69</b>	<b>100,00</b>
Despesas correntes	4 388 429,12	77,90
Despesas de capital	1 244 993,02	22,10
<b>Total das despesas</b>	<b>5 633 422,14</b>	<b>100,00</b>

**1.1.4 RÁCIOS**

De seguida apresentámos um conjunto de rácios que evidenciam o desenvolvimento da atividade no ano de 2021.

Rácios	2021
Pessoal / Despesa Corrente	47%
Aquisição de bens e serviços correntes / Despesa Corrente	37%
Investimento / Despesa Capital	100%
Despesa Corrente / Despesa Capital	81 %
Despesa Capital / Despesa Total	22%
<b>Rácio Estrutura Receita</b>	
Venda de Bens e Serviços / Receita Corrente	79%
Receita Corrente / Receita Total	92%
Receita Capital / Receita Total	8%
<b>Rácios Financeiros</b>	
Pessoal / Receita Corrente	40%
Receitas Correntes / Despesa Corrente	117%
Receita Capital / Despesa Capital	37%



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

## 2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Apresentamos de seguida a situação económica e financeira bem como alguns comentários sintéticos à demonstração de resultados e às rubricas do balanço.

### 2.1 SITUAÇÃO ECONÓMICA

#### 2.1.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

##### RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

	2021
Resultados Antes de Depreciações	89 079,06
Resultados Operacional	-2 347 540,28
Resultados Líquidos do Período	-2 351 780,36

#### 2.1.2 RESULTADOS FINANCEIROS

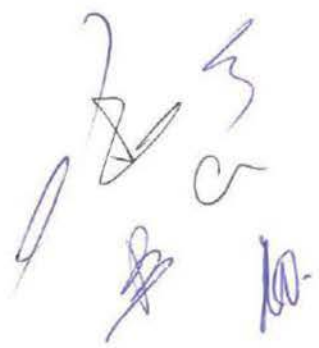
	2021	%
<b>Proveitos financeiros</b>		
Outros juros e proveitos	0,00	100
	<b>0,00</b>	<b>100</b>
<b>Custos financeiros</b>		
Juros suportados	4 306,80	100,00
Outros custos e perdas financeiras	0,00	0,00
	<b>4 306,80</b>	<b>100</b>

2.2 SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.2.1 ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DO BALANÇO

	2021	%
Ativo não Corrente	30 158 411,61	88%
Ativo Corrente	4 144 510,54	12%
<b>Total do Ativo</b>	<b>34 302 922,15</b>	<b>100%</b>
Património Líquido	27 585 345,20	80%
Passivo não Corrente	5 409 489,50	80%
Passivo Corrente	1 355 087,45	20%
<b>Total do Passivo</b>	<b>6 764 576,95</b>	<b>20%</b>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>	<b>34 302 922,15</b>	<b>100%</b>

**NOTA:** Na sequência do relatório de contas do ano anterior, este ano há um aumento do Capital Próprio, na ordem dos 11 milhões de euros, derivado ao cumprimento da NCP14, passagem da conta 28 para a 59 pois a mesma não tinha sido executada na transição do POCAL para o SNC-AP.



**Relatório de Gestão | 2021**

**2.2.2 APRESENTAÇÃO DOS INDICADORES DE GESTÃO**

Indicadores	Rácio	2021
Autonomia Financeira	Património Líquido / Ativo	80,3%
Solvabilidade	Património Líquido / Passivo	407,8%
Liquidez Geral	Ativo Corrente / Passivo Corrente	305,8%
Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente - Inventário) / Passivo Corrente	305,1%
Liquidez Imediata	Disponibilidades / Passivo Corrente	48,4%
Rendimento Património Líquido	Resultado Líquido / Património Líquido	-8,5%



### 3. DÍVIDA DOS SERVIÇOS

Para avaliar a situação das dívidas a terceiros à data de encerramento do exercício, apresentam-se no capítulo CONTAS, anexo a este relatório, o balancete de terceiros.

	2021
Dívidas de terceiros	
Médio e longo prazo	533 365,90
Curto prazo	2 112 748,20
<b>Total</b>	<b>2 646 114,10</b>
Dívidas a terceiros	
Médio e longo prazo	983 343,50
Curto prazo	1 355 087,45
<b>Total</b>	<b>2 338 430,95</b>
	<b>2021</b>
Grau de endividamento	6,68

### 4. FACTOS RELEVANTES VERIFICADOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

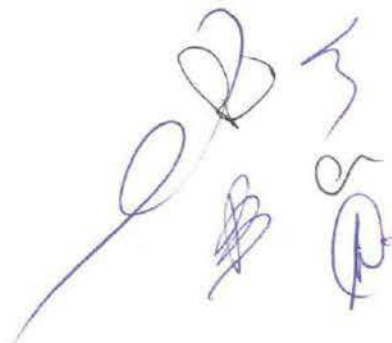
Cumprir informar que não se registaram factos relevantes após o termo do exercício.

### 5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Foi apurado um resultado negativo de 2.351.780,36 euros, respeitante ao exercício de 2021.

Propomos assim a seguinte aplicação:

1. O valor de -2.351.780,36 euros seja contabilizado na conta de Resultados Transitados.



6.1.1 Balanço

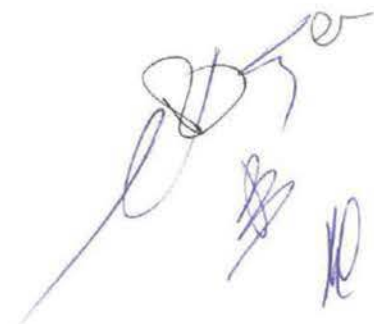
BLC - BALANÇO			
PERÍODO		ANO	
2021/01/01 - 2021/12/31		2021	
Rubricas	Notas	Datas	
		2021	2020
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente		30 158 411,61 €	31 049 829,09 €
Ativos fixos tangíveis		30 091 942,98 €	30 930 683,38 €
Ativos intangíveis		66 468,63 €	136 444,90 €
Outras contas a receber			-17 299,19 €
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários		4 144 510,54 €	4 481 823,17 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		10 372,30 €	17 152,37 €
Cientes, contribuintes e utentes			182 299,32 €
Outras contas a receber		2 039 899,55 €	3 619 196,16 €
Caixa e depósitos		1 438 834,71 €	36 515,13 €
		655 403,98 €	626 660,19 €
<b>Total Ativo</b>		<b>34 302 922,15 €</b>	<b>35 531 652,26 €</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património Líquido		27 538 345,20 €	18 657 250,43 €
Património/Capital		4 605 099,33 €	4 605 099,33 €
Outros instrumentos de capital próprio		1 130 512,27 €	1 130 512,27 €
Reservas		4 483 269,10 €	4 483 269,10 €
Resultados transitados		8 438 369,73 €	9 944 674,87 €
Outras variações no património líquido		11 232 875,13 €	
Resultado líquido do período		-2 351 780,36 €	-1 506 305,14 €
<b>Total Património Líquido</b>		<b>27 538 345,20 €</b>	<b>18 657 250,43 €</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos		5 409 489,50 €	4 912 860,85 €
Diferimentos		757 675,71 €	252 420,39 €
Outras contas a pagar		4 426 146,00 €	4 445 089,61 €
		225 667,79 €	215 350,85 €
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		1 355 087,45 €	11 961 540,98 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		277 623,07 €	93 836,83 €
Estado e outros entes públicos			-32 429,50 €
Financiamentos obtidos		13 740,25 €	-487 434,93 €
Fornecedores de investimentos		33 348,14 €	33 348,14 €
Outras contas a pagar		97 645,61 €	47 926,21 €
Diferimentos		932 730,38 €	694 206,90 €
			11 612 087,33 €
<b>Total Passivo</b>		<b>6 764 576,95 €</b>	<b>16 874 401,83 €</b>
<b>Total Património Líquido e Passivo</b>		<b>34 302 922,15 €</b>	<b>35 531 652,26 €</b>

6.1.2 Demonstração de resultados por natureza

DR - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA			
PERÍODO		ANO	
2021/01/01 - 2021/12/31		2021	
Rubricas	Notas	Datas	
		2021	2020
Impostos, contribuições e taxas		1 929,02 €	1 168,37 €
Vendas			842,70 €
Prestações de serviços e concessões		3 467 169,52 €	4 028 284,06 €
Transferências e subsídios correntes obtidos		817 106,93 €	200 000,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-236 604,50 €	-364 171,08 €
Fornecimentos e serviços externos		-1 751 166,05 €	-2 125 434,22 €
Gastos com pessoal		-2 092 012,63 €	-1 980 211,89 €
Outros rendimentos		745 668,60 €	974 171,56 €
Outros gastos		-863 011,83 €	19 718,57 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		89 079,06 €	754 368,07 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-2 436 619,34 €	-2 259 690,77 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		-2 347 540,28 €	-1 505 322,70 €
Juros e rendimentos similares obtidos		66,72 €	
Juros e gastos similares suportados		-4 306,80 €	-982,44 €
Resultado antes de impostos		-2 351 780,36 €	-1 506 305,14 €
Resultado líquido do período		-2 351 780,36 €	-1 506 305,14 €



**6.1.3 Demonstração das alterações no património líquido**



DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO														
(Serviços Municipalizados Viaria do Castelo)														
Período	(Periodicidade Mensal / Período Dezembro)										Ano			
01/01/2021											2021			
31/12/2021	Visualizar Contas s/ Mov.	Sim	Acumulados	Sim										
Designação	Notas	Património líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	Total do património líquido	
		Capital / Património	Ações (quotas)	Outros instrum. de capital	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitórios	Ajustamentos em ativos	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património	Resultado líquido do			TOTAL
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		4 605 099,33 €		1 130 512,27 €		4 483 269,10 €	9 944 674,87 €					-1 506 305,14 €	18 657 250,43 €	18 657 250,43 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)														
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico														
Alterações de políticas contábilísticas														
Diferença de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas variações														
Transferências e subidos de capital														
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido														
Correção de erros materiais														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)														
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)														
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)														
Subscrições de capital (património)														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
Subscrições de prémios de emissão														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)		4 605 099,33 €		1 130 512,27 €		4 483 269,10 €	8 438 869,73 €					11 232 875,13 €	27 538 345,20 €	27 538 345,20 €

87

6.1.4 Demonstração de fluxos de caixa

DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
PERÍODO		ANO	
2021/01/01 - 2021/12/31		2021	
Rubricas	Notas	Datas	
		2021	2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		4 290 653,56 €	3 998 953,33 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		817 106,93 €	200 000,00 €
Recebimentos de utentes		1,56 €	1 099,26 €
Pagamentos a fornecedores		-1 606 537,13 €	-2 798 727,19 €
Pagamentos ao pessoal		-2 078 016,55 €	-1 937 727,02 €
Caixa gerada pelas operações		1 423 208,37 €	-536 401,62 €
Outros recebimentos/pagamentos		-195 547,37 €	-448 865,34 €
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>		<b>1 227 661,00 €</b>	<b>-985 266,96 €</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-1 190 366,41 €	-1 159 659,07 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-8 241,00 €	-117 193,38 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		51 764,25 €	1 898,88 €
Recebimentos - Transferências de capital			1 225 301,34 €
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)</b>		<b>-1 146 843,16 €</b>	<b>-49 652,23 €</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Outras operações de financiamento		66,72 €	
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-47 084,61 €	
Pagamentos - Juros e gastos similares		-5 056,16 €	
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)</b>		<b>-52 074,05 €</b>	
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>		<b>28 743,79 €</b>	<b>-1 034 919,19 €</b>
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do pe		626 660,19 €	1 661 579,38 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do perío		655 403,98 €	626 660,19 €
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA</b>			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		626 660,19 €	1 661 579,38 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		626 660,19 €	1 661 579,38 €
SGA De execução orçamental		26 742,32 €	690 424,02 €
SGA De operações de tesouraria		599 917,87 €	971 155,36 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		655 403,98 €	626 660,19 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		655 403,98 €	626 660,19 €
SGS De execução orçamental		13 227,87 €	26 742,32 €
SGS De operações de tesouraria		642 176,11 €	599 917,87 €



### 6.1.5 Anexo às demonstrações Financeiras

#### Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico (NCP1)

A informação relativa à entidade, o período de relato e o referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras encontra-se no ANEXO I e o organograma no ANEXO II.

89

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

#### Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2021
Caixa	3 504,97 €
Depósitos à ordem	9 722,90 €
Depósitos a prazo	-
Depósitos consignados	-
Depósitos de garantias e cauções	642 176,11 €
<b>Total de caixa e depósitos</b>	<b>655 403,98 €</b>

#### Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

#### Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo.



### Ativos intangíveis

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

### Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes o método utilizado, considerando a vida útil de acordo com o classificador complementar de inventário e cadastro referenciado no Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro.

### Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao valor de custo. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

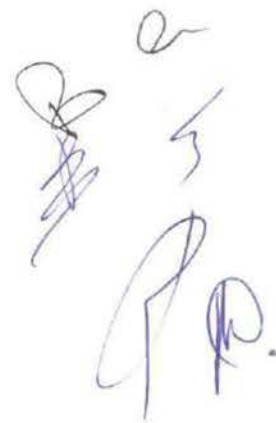
### Nota 3 - Ativos intangíveis

Em 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros em Anexo III.

### Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pela NCP 5 pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. É utilizado o método das quotas constantes para calcular as depreciações. A quantia escriturada do ativo corresponde ao custo do ativo subtraído das depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Anexo III



**Nota 6 – Locações**

Os SMVC têm 3 contratos de locação financeira, cujos dados se apresentam no quadro seguinte:

Uni. €

91

RUBRICAS	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos			
		Periodo		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
		Capital	Juro	Capital	Juro				
Camião Volvo	299 505	94 572,49	1 236,89	141 657,10	2 056,89	95 809,36	62 879,93	0	302 403,28
Varredora/Lavadora	198 030	0	0	0	0	62 961,29	135 824,08	0	198 785,37
Camião Volvo	310 242,90	0	0	0	0	98 638,08	212 788,30	0	311 426,38
<b>Total</b>	<b>807 777,90</b>	<b>94 572,49</b>	<b>1 236,89</b>	<b>141 657,10</b>	<b>2 056,89</b>	<b>257 408,73</b>	<b>411 492,31</b>	<b>0</b>	<b>812 615,03</b>

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. Foi adotado o *Sistema de Inventário Permanente* e o método de custeio das saídas é *Custo Médio Ponderado*.

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2021 custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Anexo IV

**Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

Anexo V.

**Nota 16 – Acontecimentos após a data de relato**

Não houve acontecimentos a evidenciar após a data de relato.

92

**Nota final**

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis aos SMVC ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

**Análise dos Resultados**

Resultados	2021
Resultados Antes Depreciações e Gastos de Financiamento	89.079,06 €
Resultados Operacionais	-2.347.540,28€
Resultado Líquido	-2.351.780,36 €

Da análise dos resultados verifica-se que os resultados antes de depreciações apresentam um valor positivo de **89.079,06 €**.

Os Resultados Líquidos do Exercício registam um valor negativo de 2.351.780,36 €, justificado pelo valor de 2,4 milhões de euros de Amortizações/Depreciações de infraestruturas que se encontram no Imobilizado dos SMVC, que deve ser transferido para o Imobilizado da Câmara Municipal no ano de 2022 e ainda por 607 788,45 € relativo a dívidas de clientes de anos transatos consideradas incobráveis pelo órgão de execução fiscal da Câmara Municipal.



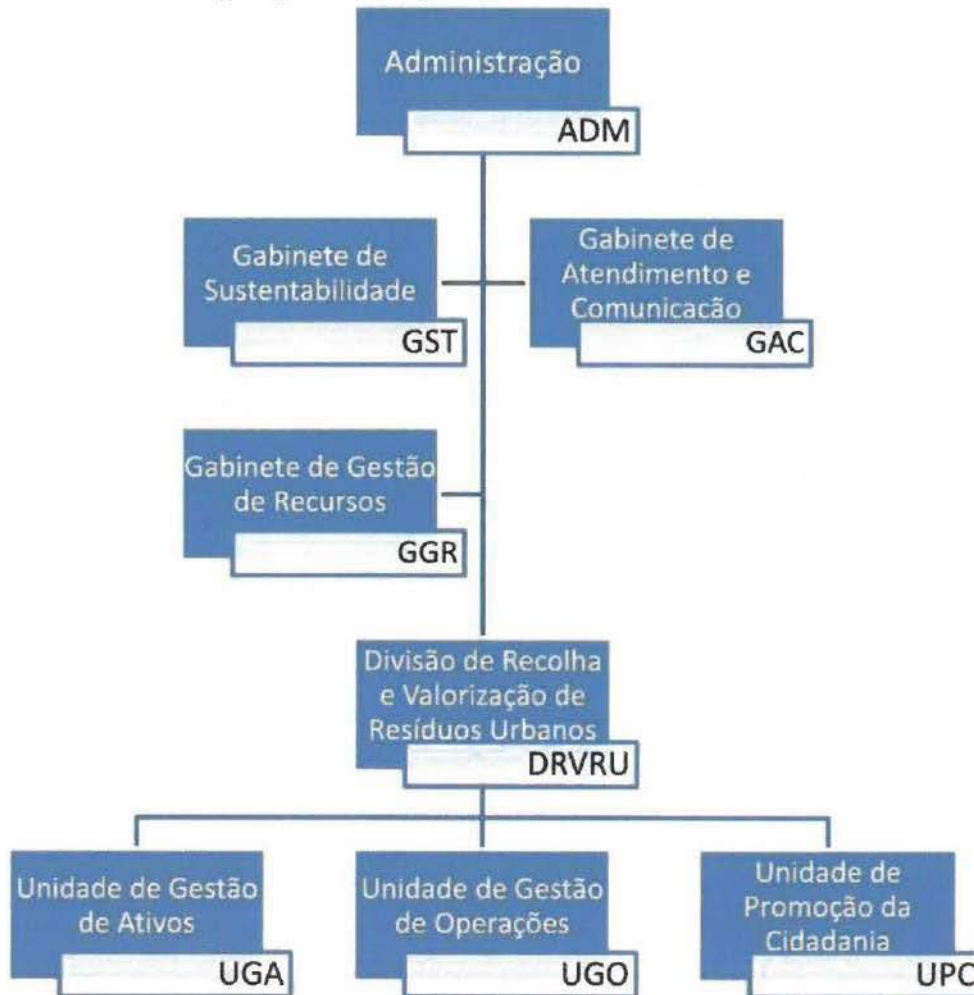


## Relatório de Gestão | 2021

### Anexo I – Caracterização da entidade

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE			
<b>1. IDENTIFICAÇÃO</b>			
Designação	Serviços Municipalizados Viana do Castelo		
NIPC	680012907		
Natureza	Autarquia Local		
Endereço postal	Rua Passelo das Mordomas da Romaria		
Telefone / Fax	4904-877		
Endereço de correio eletrónico	geral@smvc.pt		
Sítio na internet	www.smvc.pt		
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>	
Organograma	Anexo II Demonstrações Financeiras		
<b>2. LEGISLAÇÃO</b>			
Regime Financeiro	Lei 73/2013 de 03/09		
Regime Jurídico	Lei 75/2013 de 12/09		
Municipalização dos Serviços de Resíduos Sólidos - 01/02/1991			
<b>3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE</b>		Sim	Não
<b>4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES</b>			
A satisfação das necessidades coletivas da população do município de Viana do Castelo, nos domínios da Gestão dos Resíduos Urbanos e da Gestão da Atividade de Limpeza Pública, são a razão da existência da atividade empresarial local desenvolvida pelo município de Viana do Castelo, através dos Serviços Municipalizados (SMVC).			
<b>5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO</b>			
<b>5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>			
Carlota Gonçalves Borges			
Fabiola Oliveira			
Ricardo Nuno Sá Rego			
<b>6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA</b>			
SNC-AP			
<b>7. OUTRA INFORMAÇÃO</b>			
<b>7.1 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)</b>			
Entidade fiscalizadora			
Data da ação			
Período abrangido			
Identificação da ação			
<b>7.2 APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS</b>		Data de Aprovação	
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo	
Norma de Controlo Interno e eventuais alterações	18/12/2001	27/12/2001	
Regulamentos (todos publicados no sítio do Município na internet)	09/02/1999	26/02/1999	
<b>7.3 INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR</b>		Data de Aprovação	
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo	
Revisão Orçamental	15/07/201	22/07/2021	
<b>7.4 INFORMAÇÃO RELATIVA À CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS</b>			
Identificação das entidades que compõem o Grupo Público			
Serviços Municipalizados de Viana do Castelo			
<b>7.5 DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA</b> (Art.º 111.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)		Sim	Não
<b>7.6 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS</b> (Art.º 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)		Sim	Não
<b>7.7 INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL (2)</b>		Sim	Não
- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos			
- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro		115	
<b>7.8 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO</b>		Início do exercício	
		Fim do exercício	
<b>7.10 CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS</b>		Sim	Não
Nota 4 Anexo às demonstrações financeiras			
<b>7.11 MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA E OUTROS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES</b>		Sim	Não

93





**Relatório de Gestão | 2021**

**Anexo III - Ativos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento**

Anexo III

**Ativos fixos tangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas**

Ativos fixos tangíveis	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
<b>Bens do Domínio Público/Histórico Artístico e cultural</b>								
Terrenos e recursos naturais	0,00 €			0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Edifícios e outras construções	60 872,77 €	59 076,97 €		1 795,80 €	60 872,77 €	59 076,97 €		1 795,80 €
Infraestruturas	51 246 573,47 €	29 603 823,20 €		21 642 750,27 €	51 246 573,47 €	31 333 682,51 €		19 912 890,96 €
Património Hist. Artístico e cultural	0,00 €			0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Outros	52 447,87 €	583,98 €		51 863,89 €	52 447,87 €	583,98 €		51 863,89 €
Bens do Domínio Público em curso	2 902 109,07 €			2 902 109,07 €	3 902 977,15 €	0,00 €		3 902 977,15 €
<b>Total</b>	<b>54 262 003,18 €</b>	<b>29 663 484,15 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>24 598 519,03 €</b>	<b>55 262 871,26 €</b>	<b>31 393 343,46 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>23 869 527,80 €</b>
<b>Ativos fixos em concessão</b>								
Terrenos e recursos naturais	0,00 €			0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €			0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Infraestruturas	0,00 €			0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Património Hist. Artístico e cultural	0,00 €			0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Outros	0,00 €			0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Bens do Domínio Público em curso	0,00 €			0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
<b>Total</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>								
Terrenos e recursos naturais	182 436,10 €	0,00 €		182 436,10 €	182 436,10 €	0,00 €		182 436,10 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Equipamento básico	9 050 222,63 €	5 038 053,89 €		4 012 168,74 €	9 126 236,63 €	5 435 832,66 €		3 690 403,97 €
Equipamento de transporte	5 226 570,97 €	3 558 339,09 €		1 668 231,88 €	4 732 741,91 €	2 864 415,36 €		1 868 326,55 €
Equipamento administrativo	1 291 461,42 €	1 291 461,42 €		0,00 €	1 310 082,85 €	1 309 458,49 €		624,36 €
Equipamento biológico	0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Outros	566 593,83 €	329 452,96 €		237 140,87 €	569 028,36 €	309 962,26 €		259 066,10 €
Ativos fixos tangíveis em curso								
<b>Total</b>	<b>16 317 284,95 €</b>	<b>10 217 307,36 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>6 099 977,59 €</b>	<b>15 920 525,85 €</b>	<b>9 919 668,77 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>6 000 857,08 €</b>
<b>Total</b>	<b>70 579 288,13 €</b>	<b>39 880 791,51 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>30 698 496,62 €</b>	<b>71 183 397,11 €</b>	<b>41 313 012,23 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>29 870 384,88 €</b>

95

Anexo III

**Ativos fixos tangíveis - Quantia escriturada e variações do período**

Ativos fixos tangíveis	Quantia escriturada	Variações								Quantia escriturada final (11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
		Adições	Transf. int. à entidade	Revalorizações	Reversão de perdas imp.	Perdas imparidade	Depreciações período	Diferenças cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
<b>Bens do Domínio Público/Histórico Artístico e cultural</b>										
Terrenos e recursos naturais	0,00 €									0,00 €
Edifícios e outras construções	1 795,80 €	0,00 €					- 6 090,68 €			1 795,80 €
Infraestruturas	21 642 750,27 €						- 1 729 859,31 €			19 912 890,96 €
Património Hist. Artístico e cultural	0,00 €									0,00 €
Outros	51 863,89 €	1 000 866,08 €								51 863,89 €
Bens do Domínio Público em curso	2 902 109,07 €	1 000 866,08 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	- 1 735 949,99 €	0,00 €	0,00 €	3 902 975,15 €
<b>Total</b>	<b>24 598 519,03 €</b>	<b>1 000 866,08 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>- 1 735 949,99 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>23 869 525,80 €</b>
<b>Ativos fixos em concessão</b>										
Terrenos e recursos naturais	0,00 €									0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €									0,00 €
Infraestruturas	0,00 €									0,00 €
Património Hist. Artístico e cultural	0,00 €									0,00 €
Outros	0,00 €									0,00 €
Bens do Domínio Público em curso	0,00 €									0,00 €
<b>Total</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>										
Terrenos e recursos naturais	182 436,10 €									182 436,10 €
Edifícios e outras construções	0,00 €									0,00 €
Equipamento básico	4 012 168,74 €	76 874,00 €					- 397 778,77 €			3 691 263,97 €
Equipamento de transporte	1 668 231,88 €	646 961,56 €					- 221 630,96 €			2 093 562,48 €
Equipamento administrativo	0,00 €	18 621,43 €					- 3 042,35 €			15 579,08 €
Equipamento biológico	0,00 €									0,00 €
Outros	237 140,87 €	2 434,53 €								239 575,40 €
Ativos fixos tangíveis em curso										0,00 €
<b>Total</b>	<b>6 099 977,59 €</b>	<b>744 891,52 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>- 622 452,08 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>6 222 417,03 €</b>
<b>Total</b>	<b>30 698 496,62 €</b>	<b>1 745 757,60 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>- 2 358 402,07 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>30 091 942,83 €</b>





Anexo III

Ativos fixos tangíveis - Adições

Ativos fixos tangíveis	Adições										Total (12)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6) +(7)+(8)+(9)+(10)+(11)	
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão reestruturação	Outras		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)		
Bens do Domínio Público/Historico												
Artístico e cultural												- €
Terrenos e recursos naturais												- €
Edifícios e outras construções												- €
Infraestruturas												- €
Património Hist. Artístico e cultural												- €
Outros												- €
Bens do Domínio Público em curso		1 000 868,08 €										1 000 868,08 €
	0,00 €	1 000 868,08 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		1 000 868,08 €
<b>Ativos fixos em concessão</b>												
Terrenos e recursos naturais												- €
Edifícios e outras construções												- €
Infraestruturas												- €
Património Hist. Artístico e cultural												- €
Outros												- €
Bens do Domínio Público em curso												0,00 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>												
Terrenos e recursos naturais												- €
Edifícios e outras construções												- €
Equipamento básico		76 874,00 €										76 874,00 €
Equipamento de transporte		646 961,56 €										18 621,43 €
Equipamento administrativo		18 621,43 €										2 434,53 €
Equipamento biológico												- €
Outros		2 434,53 €										744 891,52 €
Ativos fixos tangíveis em curso												- €
	0,00 €	744 891,52 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		744 891,52 €
<b>Total</b>	<b>0,00 €</b>	<b>1 745 759,60 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>		<b>1 745 759,60 €</b>

96

Anexo III

Ativos fixos tangíveis - Diminuições

Ativos fixos tangíveis	Diminuições					Total (7)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
	Alienação a Título oneroso	Transferência ou troca	Devolução de reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	
Bens do Domínio Público/Historico						
Artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património Hist. Artístico e cultural						
Outros						
Bens do Domínio Público em curso					0,00 €	0,00 €
		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Ativos fixos em concessão</b>						
Terrenos e recursos naturais						0,00 €
Edifícios e outras construções						0,00 €
Infraestruturas						0,00 €
Património Hist. Artístico e cultural						0,00 €
Outros						0,00 €
Bens do Domínio Público em curso						0,00 €
		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>						
Terrenos e recursos naturais						0,00 €
Edifícios e outras construções						0,00 €
Equipamento básico			860,00 €			860,00 €
Equipamento de transporte			1 140 790,62 €			1 140 790,62 €
Equipamento administrativo						0,00 €
Equipamento biológico						0,00 €
Outros						0,00 €
Ativos fixos tangíveis em curso						0,00 €
		0,00 €	1 141 650,62 €	0,00 €	0,00 €	1 141 650,62 €
<b>Total</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>1 141 650,62 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>1 141 650,62 €</b>



Anexo III

Ativos Intangíveis - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Ativos fixos tangíveis	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
Ativos fixos intangíveis								
Ativos intangíveis dom público, pat.hist, art, cultural	- €			- €	- €	- €		- €
Goodwill				- €	- €	- €		- €
Projetos desenvolvimento								- €
Prog computador e sist informação								
Propriedade industrial e intelectual	5 736,18 €			5 736,18 €	5 736,18 €			5 736,18 €
Outros	369 999,82 €	233 291,10 €		136 708,72 €	372 240,82 €	311 508,37 €		60 732,45 €
Ativos intangíveis em curso						- €		
<b>Total</b>	<b>375 736,00 €</b>	<b>233 291,10 €</b>	<b>- €</b>	<b>142 444,90 €</b>	<b>377 977,00 €</b>	<b>311 508,37 €</b>	<b>- €</b>	<b>66 468,63 €</b>

97

Anexo III

Ativos Intangíveis - Quantia escriturada e variações do período

Ativos fixos tangíveis	Variações									Quantia escriturada final
	Quantia escriturada	Adições	Transf int. à entidade	Revalorizações	Reversão de perdas imp.	Perdas imparidade	Amortização do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
Ativos fixos intangíveis										
Ativos intangíveis dom público, pat.hist, art, cultural	- €									- €
Goodwill	- €									- €
Projetos desenvolvimento										- €
Prog computador e sist informação										- €
Propriedade industrial e intelectual	5 736,18 €						0,00 €			5 736,18 €
Outros	136 708,72 €	- €					- 78 217,27 €			58 491,45 €
Ativos intangíveis em curso										- €
<b>Total</b>	<b>142 444,90 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- 78 217,27 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>64 227,63 €</b>

Anexo IV – Inventários

Anexo V 01-01-2021 a 31/12/2021

**Inventários: movimento do período**

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Compras	Consumos/ Gastos	Variações nos Inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	Quantia escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=-(1)+(2)-(3)+/(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias									
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	17 152,37 €	229 824,43 €	236 604,50 €						10 372,30 €
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalho em curso									
<b>Total</b>	<b>17 152,37 €</b>	<b>229 824,43 €</b>	<b>236 604,50 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>10 372,30 €</b>

98

Anexo V – Provisões

Anexo V

**Mapa das provisões**

Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (11)=(2)+(6)-(10)
		Reforços (3)	Aumentos da quantia descontada (4)	Outros aumentos (5)	Total aumentos (6)=(3)+(4)+(5)	Utilizações (7)	Reversões (8)	Outras diminuições (9)	Total diminuições (10)=(7)+(8)+(9)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso										
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões	657 256,13 €				0,00 €			607 788,45		49 467,68 €
<b>Total</b>	<b>657 256,13 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>607 788,45 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>49 467,68 €</b>



7 DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS  
7.1 DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

*Handwritten signatures and initials.*

DDORC - DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL										
(Serviços Municipalizados Viana do Castelo)										
Período	Periodicidade	Mensal								Ano
01/01/2021	Período	Mensal								2021
31/12/2021	Acumulados	Até ao fim do período dos Resultados								
RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (€)								
		R.P.	R.O.	U.E.	EMFB	F. ALIEJOS	TOTAL	2020	2021	
RA01	Saldo de exercício anterior	-180 358,50 €	207 103,82 €							1 661 579,38 €
RI01	Operações orgânicas (1)	-180 358,50 €	207 103,82 €							690 424,07 €
RI02	Devolução do saldo oper. orgânicas									
RI04	Recolhimento do saldo devolvido por terceiros entidades									
RI03	Operações de tesouraria (A)					509 937,87 €				971 555,36 €
RA02	Receita corrente	5 356 263,80 €								4 631 908,00 €
RI1	Receita fiscal									
RI1.1	Impostos diretos									
RI1.2	Impostos indiretos									
RI2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde									
RI3	Taxas, multas e outras penalidades	63,27 €								1 777,87 €
RI4	Rendimentos de propriedade	66,72 €								
RI5	Transferências e subsídios correntes	817 106,93 €								200 000,00 €
RI5.1	Transferências correntes	817 106,93 €								200 000,00 €
RI5.1.1	Administrações Públicas									
RI5.1.1.1	Administração Central - Estado Português									
RI5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades									
RI5.1.1.3	Segurança Social									
RI5.1.1.4	Administração Regional									
RI5.1.1.5	Administração Local	817 106,93 €								200 000,00 €
RI5.1.2	Exterior - U.E.									
RI5.1.3	Outras									
RI5.2	Subsídios correntes									
RI6	Venda de bens e serviços	4 081 462,12 €								4 064 955,38 €
RI7	Outras receitas correntes	247 544,76 €								865 174,05 €
RA03	Receita de capital	463 643,89 €								2 227 200,24 €
RI8	Venda de bens de investimento	31 704,25 €								1 808,88 €
RI9	Transferências e subsídios de capital	431 879,64 €								1 225 301,34 €
RI9.1	Transferências de capital	431 879,64 €								1 225 301,34 €
RI9.1.1	Administrações Públicas									
RI9.1.1.1	Administração Central - Estado Português									
RI9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades									
RI9.1.1.3	Segurança Social									
RI9.1.1.4	Administração Regional									
RI9.1.1.5	Administração Local	431 879,64 €								431 879,64 €
RI9.1.2	Exterior - U.E.									
RI9.1.3	Outras									
RI9.2	Subsídios de capital									
RI10	Outras receitas de capital									
RA04	Receita efetiva (2)	5 619 907,69 €								5 859 108,22 €
RI11	Reposições não abatidas aos pagamentos									
RA05	Receita não efetiva (3)									
RI12	Receita com ativos financeiros									
RI13	Receita com passivos financeiros									
RA06	Soma (4)=(1)+(2)-(3)	5 439 548,39 €	207 103,82 €							6 549 532,24 €
RO11	Operações de tesouraria (B)					49 756,71 €				131 450,03 €
DA01	Despesa corrente	4 888 429,12 €								5 246 585,93 €
DI1	Despesas com o pessoal	2 072 092,60 €								1 585 914,52 €
DI1.1	Remunerações Fixas e Parciais	1 463 831,15 €								1 353 824,04 €
DI1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	133 244,89 €								125 513,32 €
DI1.3	Segurança social	455 276,56 €								458 568,59 €
DI2	Aquisição de bens e serviços	1 645 004,79 €								1 645 004,79 €
DI3	Juros e outros encargos	870,27 €								870,27 €
DI4	Transferências e subsídios correntes	977,08 €								977,08 €
DI4.1	Transferências correntes	977,08 €								977,08 €
DI4.1.1	Administrações Públicas									
DI4.1.1.1	Administração Central - Estado Português									
DI4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades									
DI4.1.1.3	Segurança Social									
DI4.1.1.4	Administração Regional									
DI4.1.1.5	Administração Local	977,08 €								977,08 €
DI4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo									
DI4.1.3	Famílias									
DI4.1.4	Outras									
DI4.2	Subsídios correntes	669 484,38 €								669 484,38 €
DI5	Outras despesas correntes									
DA02	Despesa de capital	1 244 983,02 €								1 276 203,93 €
DI6	Aquisição de bens de capital	1 244 983,02 €								1 276 203,93 €
DI7	Transferências e subsídios de capital									
DI7.1	Transferências de capital									
DI7.1.1	Administrações Públicas									
DI7.1.1.1	Administração Central - Estado Português									
DI7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades									
DI7.1.1.3	Segurança Social									
DI7.1.1.4	Administração Regional									
DI7.1.1.5	Administração Local									
DI7.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo									
DI7.1.3	Famílias									
DI7.1.4	Outras									
DI7.2	Subsídios de capital									
DI8	Outras despesas de capital									
DA03	Despesa efetiva (5)	5 633 422,14 €								6 522 789,92 €
DA04	Despesa não efetiva (6)									
DI9	Despesa com ativos financeiros									
DI10	Despesa com passivos financeiros									
DA05	Soma (7)=(5)-(6)	5 633 422,14 €								6 522 789,92 €
DO1	Operações de tesouraria (C)					7 498,47 €				502 087,52 €
DA06	Saldo para o período seguinte	-193 873,95 €	207 103,82 €							620 600,19 €
DA07	Operações orgânicas (B) = (1)-(7)	-203 873,95 €	207 103,82 €							26 742,82 €
DA08	Operações de tesouraria (D)=(A)-(B)-(C)					642 176,11 €				509 937,87 €
DA09	Saldo global (2) - (8)	-13 534,45 €								-64 881,70 €
DA10	Despesa primária	5 632 553,87 €								6 522 789,92 €
DA11	Saldo corrente	797 834,68 €								-614 072,99 €
DA12	Saldo de capital	-781 849,13 €								-69 009,71 €
DA13	Saldo primário	-12 644,18 €								-64 881,70 €
DA14	Receita total (3) + (2) + (13)	5 439 548,39 €	207 103,82 €							6 549 532,24 €
DA15	Despesa total (5) + (6)	5 633 422,14 €								6 522 789,92 €

\* Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com os grupos de fontes de financiamento.



Qualidade de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos Prestado aos Utilizadores







## Relatório de Gestão | 2021

*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

**GOLEC - DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA**  
Órgão Municipalidade Viana do Castelo

Ano	Mês	Descrição	Previsão	Realizado	Diferença	Porcentagem	Porcentagem de execução		Porcentagem de realização		Porcentagem de execução física	Porcentagem de execução financeira
							Previsão	Realizado	Previsão	Realizado		
2021	12	<b>TOTAL</b>	<b>1.074.275,00</b>	<b>2.311.146,00</b>	<b>1.236.871,00</b>	<b>215,20%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>



Qualidade de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos Prestado aos Utilizadores





**7.3 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA**

**DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA**

NOTA: LIGAMEN. DEPENDENTES

Descrição	Análise	Explicite	Reservada	Empenho	Despesa em 2021 em percentagem	Despesa em 2020	Cálculo / observação	Complementos	Outras fontes	Empenho por natureza de despesa			Complementos e transferências	Obrigações em 2021	Meta de Execução Orçamental	
										Pessoal	Materiais	Terceiros			Pessoal	Prestações
					100	100										



Qualidade de Serviço  
de Gestão de Resíduos Urbanos  
Prestado aos Utilizadores

















*Handwritten signatures and initials*

**Relatório de Gestão | 2021**  
**Anexo III - Alterações ao PPI / GOP**

ANEXO III - ALTERAÇÕES PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS													
PERÍODO : 2021/01/01 a 2021/12/31, TOTAL DE ALTERAÇÕES PERMITIVAS: 6, TOTAL DE ALTERAÇÕES MODIFICATIVAS: 1, DO ANO CONTABILÍSTICO 2021													
TIPO DE VISUALIZAÇÃO		IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			TIPO DE PLANO				TIPO DE RUBRICA				
APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO		CLASSIFICADOR FUNCIONAL			PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS				CLASSIFICAÇÃO ORÇANICA/ECONOMICA				
OBJETIVO	PROJETO			DESIGNAÇÃO DO PROJETO		DATAS		PAGAMENTOS					MODIFICAÇÃO (+/-)
	Código	Ano	Tipos/Unid.	Descrição	Classificação	Início	Fim	2021		Períodos seguintes			
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]
1.				FUNÇÕES GERAIS				293 274,00 €	21 854,00 €				-211 330,00 €
1.1.				Serviços gerais de administração pública				293 274,00 €	21 854,00 €				-211 330,00 €
1.1.1.				DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA				293 274,00 €	21 854,00 €				-211 330,00 €
1.1.1.1.				SECRETARIAS				293 274,00 €	21 854,00 €				-211 330,00 €
1.1.1.1.2.				EDIFÍCIOS				293 274,00 €	21 854,00 €				-211 330,00 €
1.1.1.1.2.1.	04	2020	1	OUTROS	01/0200199	01/01/2021	31/12/2021	293 274,00 €	21 854,00 €				-211 330,00 €
2.				FUNÇÕES SOCIAIS				1 375 555,09 €	1 455 074,55 €				79 519,46 €
2.4.				Habituação e sensor coletivo				1 375 555,09 €	1 455 074,55 €				79 519,46 €
2.4.3.				DIVISÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS-INVESTIMENTOS				60 000,00 €	56 829,21 €				-3 170,79 €
2.4.3.1.				SUB-SISTEMA DA ETAR DA CIDADE				60 000,00 €	56 829,21 €				-3 170,79 €
2.4.3.1.4.	04	2000	1	RAMAIS				60 000,00 €	56 829,21 €				-3 170,79 €
2.4.3.1.4.1.	04	2000	1	Sistemas de drenagem de águas residuais	02/0701402	01/01/2021	31/12/2021	60 000,00 €	56 829,21 €				-3 170,79 €
2.4.5.				DIVISÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS-INVESTIMENTOS				1 136 550,96 €	1 187 337,21 €				50 786,25 €
2.4.5.1.				EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO				1 000,00 €	8 000,00 €				7 000,00 €
2.4.5.1.2.				MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO				1 000,00 €	8 000,00 €				7 000,00 €
2.4.5.1.2.1.	02	2020	1	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	01/070109	01/01/2021	31/12/2021	1 000,00 €	8 000,00 €				7 000,00 €
2.4.5.2.				MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE DEPOSIÇÃO RSU				75 000,00 €	158 400,00 €				83 400,00 €
2.4.5.2.1.	02	2006	1	Equipamento de recolha de resíduos	03/07018001	01/01/2021	31/12/2021	75 000,00 €	158 400,00 €				83 400,00 €
2.4.5.3.	03	2006	1	Máquinas e outros				01/01/2021	31/12/2021				
2.4.5.4.	03	2006	1	Ferramentas				01/01/2021	31/12/2021				
2.4.5.5.				EQUIPAMENTO INFORMÁTICO				1 000,00 €	18 500,00 €				17 500,00 €
2.4.5.5.1.				SOFTWARE				1 000,00 €	18 500,00 €				17 500,00 €
2.4.5.5.1.1.	01	2011	1	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	03/070107	01/01/2021	31/12/2021	1 000,00 €	18 500,00 €				17 500,00 €
2.4.5.7.				CONDUTURA PAVELER				1 048 550,96 €	952 437,21 €				-97 113,75 €
2.4.5.7.2.				AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO				1 000,00 €	8 500,00 €				7 500,00 €
2.4.5.7.2.1.	01	2016	1	OUTROS INVESTIMENTOS	02/070115	01/01/2021	31/12/2021	1 000,00 €	8 500,00 €				7 500,00 €
2.4.5.7.5.	01	2016	1	Viatura Carga Lateral				01/01/2021	31/12/2021				
2.4.5.7.7.	03	2018	1	CONSTRUÇÕES E INFRAESTRUTURAS				1 048 550,96 €	943 937,21 €				-104 613,75 €
2.4.5.7.7.1.	03	2018	1	OUTROS	03/07020123	01/01/2021	31/12/2021	1 048 550,96 €	943 937,21 €				-104 613,75 €
2.4.7.				SECTOR DA ORÇANICA E VIATURAS				189 908,13 €	260 908,13 €				71 000,00 €
2.4.7.1.1.	01	2009	1	Máquinas e Outros				01/01/2021	31/12/2021				
2.4.7.1.2.	01	2009	1	Ferramentas e Utensílios				01/01/2021	31/12/2021				
2.4.7.2.				INVESTIMENTOS EM VIATURAS				100,00 €	112 000,00 €				112 000,00 €
2.4.7.2.1.				VIATURAS				100,00 €	112 000,00 €				112 000,00 €
2.4.7.2.1.1.	01	2011	1	Recolha de resíduos	06/07010601	01/01/2021	31/12/2021	100,00 €	112 000,00 €				112 000,00 €
2.4.7.2.1.2.	07	2011	1	Outros				01/01/2021	31/12/2021				
2.4.7.3.				VIATURAS				188 908,13 €	148 808,13 €				-40 100,00 €
2.4.7.3.1.				VIATURAS				188 908,13 €	148 808,13 €				-40 100,00 €
2.4.7.3.1.1.	02	2014	1	VIATURA DE LANÇADORA DE CONTENEDORES				01/01/2021	31/12/2021				
2.4.7.3.1.2.	02	2014	1	MATERIAL DE TRANSPORTE-LOCAÇÃO FINANCEIRA	06/070205			188 908,13 €	148 808,13 €				-40 100,00 €
<b>TOTAL</b>								<b>1 600 783,09 €</b>	<b>1 426 968,55 €</b>				<b>-173 814,54 €</b>

107

**Anexo IV - Operações de tesouraria**

ANEXO IV - OPERAÇÕES DE TESOURARIA						
(Serviços Municipalizados Viana do Castelo)						
Período	Tipo de Contas	AMBAS				Ano
02/01/2021	Visualização de Contas s/ Mov.	NÃO				2021
31/12/2021						
CÓDIGO DAS CONTAS	DESIGNAÇÃO		SALDO INICIAL	RECEBIMENTOS	PAGAMENTOS	SALDO FINAL
07	07	Operações de tesouraria	599 917,87 €	49 756,71 €	7 498,47 €	642 176,11 €
07.1	07.2	Recebimentos por operações de tesouraria / Pagamentos por operações de tesouraria	599 917,87 €	49 756,71 €	7 498,47 €	642 176,11 €
07.1.3	07.2.3	Constituição e reforço de cauções e garantias / Devolução de cauções e garantias	565 058,33 €	49 729,86 €	6 982,25 €	607 805,94 €
07.1.9	07.2.9	Outras receitas de operações tesouraria / Outras despesas de operações de tesouraria	34 859,54 €	26,85 €	516,22 €	34 370,17 €
<b>TOTAL</b>			<b>599 917,87 €</b>	<b>49 756,71 €</b>	<b>7 498,47 €</b>	<b>642 176,11 €</b>



Qualidade de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos Prestado aos Utilizadores





Anexo V – Mapa de operações de tesouraria

SMVC 2021		Operações de Tesouraria						
Cód. Conta	Tercio	Designação	Saldo da Gestão Anterior		Movimento Anual		Saldo para a Gestão Seguinte	
			Debitivo	Creditivo	Debitivo	Creditivo	Debitivo	Creditivo
23	0	Pessoal	-	1.000,00	-	-	-	1.000,00
23.2	0	Caixões	-	1.000,00	-	-	-	1.000,00
23.2.2	0	De pessoal	-	1.000,00	-	-	-	1.000,00
24	0	Faturas e notas em aberto	209,92	6.755,93	313,22	80,50	-	6.524,55
24.4	0	Outros impostos	-	16,44	-	40,50	216,20	-
24.4.1	0	Imposto de Selo	-	16,44	-	40,50	216,20	-
24.5	0	Outros impostos	209,92	4.746,47	-	-	-	4.956,39
24.5.1	0	Taxa de recursos hídricos	-	3.713,63	-	-	-	3.713,63
24.5.1.2	0	TRHA OT (SEM IVA)	-	3.689,39	-	-	-	3.689,39
24.5.1.3	0	TRHS OT	-	334,53	-	-	-	334,53
24.5.2	0	TAR OT	-	3.026,64	-	-	-	3.026,64
24.5.8	0	OUTRAS	209,92	-	-	-	209,92	-
24.5.8.6	0	CGA OTS	209,92	-	-	-	209,92	-
27	0	Outras contas a receber e a pagar	30.151,23	631.522,99	24.538,15	67.029,05	-	634.891,76
27.3	0	Caixões	30.151,23	600.206,66	7.032,36	60.779,86	-	607.352,23
27.3.1	0	Recebíveis de terceiros	30.151,23	584.209,56	7.032,36	40.729,86	-	607.352,23
27.3.1.1	0	Exigível até 12 meses	30.151,23	369.858,71	53,71	40.729,86	-	409.343,63
27.3.1.1.1	0	Caixões	30.151,23	367.316,99	53,71	40.729,86	-	367.340,52
27.3.1.1.1.010	0	OBRA 301	-	4.306,75	-	-	-	4.306,75
27.3.1.1.1.1017	0	OBRA 332	-	441,50	-	-	-	441,50
27.3.1.1.1.1021	0	OBRA 8 30	-	7.865,23	-	-	-	7.865,23
27.3.1.1.1.1026	0	OBRA 1311	-	14.206,75	-	-	-	14.206,75
27.3.1.1.1.1029	0	OBRA 1711	-	4.116,29	-	-	-	4.116,29
27.3.1.1.1.1030	0	OBRA 1012	-	11.642,11	-	-	-	11.642,11
27.3.1.1.1.1031	0	OBRA 1114	-	7.308,89	-	-	-	7.308,89
27.3.1.1.1.1032	0	OBRA 2114	-	321,74	-	-	-	321,74
27.3.1.1.1.1034	0	OBRA 4 16	-	178,55	-	-	-	178,55
27.3.1.1.1.1035	0	OBRA 5 14	-	3.915,22	-	-	-	3.915,22
27.3.1.1.1.1036	0	OBRA 8 14	-	6,30	-	-	-	6,30
27.3.1.1.1.1037	0	OBRA 9 16	-	3.250,51	-	-	-	3.250,51
27.3.1.1.1.1038	0	OBRA 1014	-	275,52	-	-	-	275,52
27.3.1.1.1.1039	0	OBRA 1114	-	58,40	-	-	-	58,40
27.3.1.1.1.1040	0	OBRA 1214	-	3.483,89	-	-	-	3.483,89
27.3.1.1.1.1042	0	OBRA 3 15	-	823,89	-	-	-	823,89
27.3.1.1.1.1043	0	OBRA 2406	-	237,50	-	-	-	237,50
27.3.1.1.1.1045	0	OBRA 1414	-	7.463,35	-	-	-	7.463,35
27.3.1.1.1.1046	0	OBRA 1314	-	199,71	-	-	-	199,71
27.3.1.1.1.1047	0	OBRA 9 10	-	2.436,00	-	-	-	2.436,00
27.3.1.1.1.1050	0	OBRA 2011	-	7.026,28	-	-	-	7.026,28
27.3.1.1.1.1051	0	OBRA 9 12	-	264,00	-	-	-	264,00
27.3.1.1.1.1054	0	OBRA 1714	-	428,62	-	-	-	428,62
27.3.1.1.1.1057	0	OBRA 1011	-	3.926,60	-	-	-	3.926,60
27.3.1.1.1.1058	0	OBRA 3 15	-	3.443,89	-	-	-	3.443,89
27.3.1.1.1.1060	0	OBRA 0415	-	2.856,52	-	-	-	2.856,52
27.3.1.1.1.1062	0	OBRA 2 15	-	3.426,55	-	-	-	3.426,55
27.3.1.1.1.1061	0	OBRA 4 17	-	14.904,54	-	-	-	14.904,54
27.3.1.1.1.1062	0	OBRA 1417	-	4.068,26	-	-	-	4.068,26
27.3.1.1.1.1065	0	OBRA 9 19	-	925,54	-	-	-	925,54
27.3.1.1.1.1066	0	OBRA 1197	-	2.302,00	-	-	-	2.302,00
27.3.1.1.1.1068	0	OBRA 2 17	-	10.037,28	-	-	-	10.037,28
27.3.1.1.1.1069	0	OBRA 1517	-	1.755,00	-	-	-	1.755,00
27.3.1.1.1.1070	0	OBRA 1517	-	576,76	-	-	-	576,76
27.3.1.1.1.1071	0	OBRA 1517	-	14.126,47	-	-	-	14.126,47
27.3.1.1.1.1072	0	OBRA 1017	-	14.761,97	-	-	-	14.761,97
27.3.1.1.1.1073	0	OBRA 9 15	-	8.033,11	-	-	-	8.033,11
27.3.1.1.1.1074	0	OBRA 9 15	-	1.428,20	-	-	-	1.428,20
27.3.1.1.1.1075	0	OBRA 1116	-	3.202,60	-	-	-	3.202,60
27.3.1.1.1.1076	0	OBRA 8 16	-	1.469,94	-	-	-	1.469,94
27.3.1.1.1.1077	0	RETS DE COMPOSTAGEM -AÇÃO 1,2	-	63.420,00	-	-	-	63.420,00
27.3.1.1.1.1078	0	OBRA 2117	-	8.146,41	-	-	-	8.146,41
27.3.1.1.1.1080	0	OBRA 1914	-	1.389,35	-	-	-	1.389,35
27.3.1.1.1.1081	0	OBRA 1016	-	13.183,52	-	-	-	13.183,52
27.3.1.1.1.1082	0	OBRA 9 16	-	396,21	-	-	-	396,21
27.3.1.1.1.1083	0	OBRA 1918	-	11.916,24	-	-	-	11.916,24
27.3.1.1.1.1084	0	OBRA 1318	-	3.540,70	-	-	-	3.540,70
27.3.1.1.1.1085	0	OBRA 9 15	-	3.690,40	-	-	-	3.690,40
27.3.1.1.1.1086	0	OBRA 1216	-	3.031,34	-	-	-	3.031,34
27.3.1.1.1.1087	0	OBRA 1516	-	16.756,27	-	-	-	16.756,27
27.3.1.1.1.1088	0	OBRA 6 16	-	2.797,65	-	-	-	2.797,65
27.3.1.1.1.1090	0	OBRA 0318	-	7.954,10	-	-	-	7.954,10
27.3.1.1.1.1091	0	OBRA 0218	-	10.637,96	-	-	-	10.637,96
27.3.1.1.1.1093	0	OBRA 0318	-	4.520,56	-	-	-	4.520,56
27.3.1.1.1.1093	0	OBRA 0418	-	12.333,16	-	-	-	12.333,16
27.3.1.1.1.1094	0	OBRA 05 18	-	13.976,97	-	-	-	13.976,97
27.3.1.1.1.1095	0	LOTES S.A. 11 - CANDIDATURA POSEUR 03 1611 PC 00072	-	2.476,00	-	-	-	2.476,00
27.3.1.1.1.1096	0	OBRA 8 18	-	5.239,27	-	-	-	5.239,27
27.3.1.1.1.1097	0	899VCT17	4.986,00	-	-	-	4.986,00	-
27.3.1.1.1.1098	0	899VCT17	1.575,00	-	-	-	1.575,00	-
27.3.1.1.1.1099	0	864VCT16	1.000,00	-	-	-	1.000,00	-
27.3.1.1.1.1100	0	864VCT16	1.110,00	-	-	-	1.110,00	-
27.3.1.1.1.1101	0	864VCT13	1.000,00	-	-	-	1.000,00	-
27.3.1.1.1.1104	0	865VCT17	1.000,00	-	-	-	1.000,00	-
27.3.1.1.1.1106	0	827VCT19	1.000,00	-	-	-	1.000,00	-
27.3.1.1.1.1107	0	1294VCT16	3.000,00	-	-	-	3.000,00	-
27.3.1.1.1.1108	0	3718VCT18	20.250,00	-	-	-	20.250,00	-
27.3.1.1.1.1109	0	1247VCT18	3.000,00	-	-	-	3.000,00	-
27.3.1.1.1.1110	0	864VCT16	1.000,00	-	-	-	1.000,00	-
27.3.1.1.1.1111	0	OUTROS DEPOSITOS DE GARANTIA	236,23	-	-	-	236,23	-
27.3.1.1.1.1112	0	OBRA 3 19	-	10.332,30	-	-	-	10.332,30
27.3.1.1.1.1113	0	OBRA 5 19	-	7.866,71	-	-	-	7.866,71
27.3.1.1.1.1114	0	OBRA 7 19	-	4.917,92	-	-	-	4.917,92
27.3.1.1.1.1115	0	OBRA 4 19	-	7.813,76	-	-	-	7.813,76
27.3.1.1.1.1116	0	OBRA 4 19	-	996,90	-	-	-	996,90
27.3.1.1.1.1117	0	AJUSTE DIRECTO 3 19	-	584,31	-	-	-	584,31
27.3.1.1.1.1119	0	OBRA 8 19	-	2.244,30	-	-	-	2.244,30
27.3.1.1.1.1120	0	OBRA PREPARAÇÃO ESPACO CONTENEDORES BIORRESÍDUOS	-	-	50,71	49.729,26	-	49.780,97
27.3.1.2	0	DEPOSITOS DE GARANTIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	-	3.539,81	-	-	-	3.539,81
27.3.1.2.1	0	Exigível a mais de 12 meses	-	214.360,96	-	4.982,25	-	209.378,71
27.3.1.2.2	0	Outros devedores e credores	-	27.312,53	-	17.290,19	-	10.022,34
27.3.1.2.3	0	Outros	-	27.312,53	-	17.290,19	-	10.022,34
27.3.1.2.3.1	0	Outros devedores	-	27.312,53	-	17.290,19	-	10.022,34
27.3.1.2.3.1.1	0	Outros devedores-Outros	-	27.312,53	-	17.290,19	-	10.022,34
27.3.1.2.3.1.1.1	0	Realizável até 12 meses	-	10.513,34	-	203,00	-	9.300,34
27.3.1.2.3.1.1.1.1	0	Outros em atraso	-	10.513,34	-	203,00	-	9.300,34
27.3.1.2.3.1.1.1.2	0	Realizável a mais de 12 meses	-	17.299,19	-	17.290,19	-	9.700,00
27.3.1.2.3.1.1.1.3	0	Outros em atraso	-	17.299,19	-	17.290,19	-	9.700,00
27.3.1.2.3.2	0	Outros credores	-	-	-	17.299,19	-	17.299,19
27.3.1.2.3.2.1	0	Outros credores-Outros	-	-	-	17.299,19	-	17.299,19
27.3.1.2.3.2.1.1	0	Exigível a mais de 12 meses	-	-	-	17.299,19	-	17.299,19
27.3.1.2.3.2.1.2	0	Outros em atraso	-	-	-	17.299,19	-	17.299,19
TOTAL			38.361,16	630.279,92	24.851,32	67.169,01	-	642.176,11



Anexo VI - Contratação administrativa - Situação dos contratos

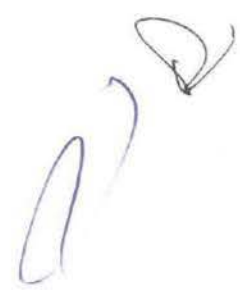
ANEXO VI - ADJUDICAÇÕES POR TIPO DE PROCEDIMENTO																
(Serviços Municipalizados Viana do Castelo)																ANO
Tipo de Consulta: Apenas os que tiveram execução financeira no exercício																2021
Consideração dos contratos diversos e excludo das concretos cuja modalidade de contratação é no âmbito do COVID																
Tipo de contrato	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto		Concurso de Conceção		Parecer para Inovação		TOTAL	
	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]
Empreitada de obras públicas																
Aquisição de serviços									26	690 000,56 €					26	690 000,56 €
Locação ou aquisição de bens móveis	1	302 403,33 €							11	238 726,21 €					12	541 129,54 €
Concessão de obras públicas																
Concessão de serviços públicos																
Outros																
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>302 403,33 €</b>	<b>0</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0</b>	<b>0,00 €</b>	<b>37</b>	<b>928 726,77 €</b>	<b>0</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0</b>	<b>0,00 €</b>	<b>38</b>	<b>1 231 132,10 €</b>

109

Anexo VII - Transferências e subsídios – Recebidos

ANEXO VIII - TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS RECEBIDOS										
(Serviços Municipalizados Viana do Castelo)										
Período:	02/01/2021							Visualização de registos sem execução	Não	ANO
	31/12/2021									
Tipo de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora		Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício	Observações	
			NIF	Nome / designação						
	[1]	[2]		[3]	[4]	[5]	[6]-[4]-[5]	[7]	[8]	
Transferências correntes										
060501 - CONTINENTE			506037258	CAMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO	840 000,00 €	776 276,06 €	113 773,94 €		PROTOCOLADO	
060501 - CONTINENTE			506037258	CAMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO	840 000,00 €	90 880,87 €	749 119,13 €		PROTOCOLADO	
Total transferências correntes					840 000,00 €	817 206,93 €	22 803,07 €			
Transferências de capital										
100501 - CONTINENTE			510928374	Agência Para O Desenvolvimento E Coesão L.p	460 000,00 €	411 870,64 €	48 129,36 €		COMPARTICIPAÇÃO OBRA	
Total transferências de capital					460 000,00 €	411 870,64 €	48 129,36 €			
Subsídios										
Total subsídios										

**Dívida a terceiros por antiguidade de saldos**



DTAS - DÉVITAS A TERCEIROS POR ANTIGUIDADE DE SALDOS												
(Serviços Municipalizados Viana do Castelo)												
Período		(Periodicidade Mensal / Período Dezembro)										Amp
01/01/2021												2021
31/12/2021		Virtualizar Contas G/ Mov.		Sim		Acumulados		Sim				
Designação	Passivo	Dívida Vincenda		Intervalos de Antiguidade da dívida vencida (em dias) (C)				Exceções	Pagamentos em atraso	Total dívida por natureza da despesa		
		Curto prazo	Médio/longo prazo	<90	[90-180]	[180-365]	>365			Curto prazo	Médio/longo prazo	SOMA
		[A]	[B]	[1]	[2]	[3]	[4]			[D]	[E]+[2]+[3]+[4]-[D]	[F]+[A]-[C]
Despesas correntes	330 546,29 €	101 349,01 €		209 197,28 €						330 546,29 €	330 546,29 €	
Despesas de pessoal	23 337,51 €	23 337,51 €								23 337,51 €	23 337,51 €	
Remunerações certas e permanentes	21 286,59 €	21 286,59 €								21 286,59 €	21 286,59 €	
Abonos variáveis ou eventuais	2 050,92 €	2 050,92 €								2 050,92 €	2 050,92 €	
55 - Encargos com saúde												
ADIF e outros da AP												
Outros sectores fora da AP												
55 - Contribuições de segurança social												
CGA												
Segurança social - Regime geral												
Outras												
55 - Outras	22 171,11 €	12 281,75 €		10 887,36 €						22 171,11 €	22 171,11 €	
55 - Outras	22 171,11 €	12 281,75 €		10 887,36 €						22 171,11 €	22 171,11 €	
Aquisições de bens e serviços	204 334,48 €	66 435,51 €		137 898,97 €						204 334,48 €	204 334,48 €	
Aquisições de bens e serviços	204 334,48 €	66 435,51 €		137 898,97 €						204 334,48 €	204 334,48 €	
Juros e outros encargos	92,24 €	92,24 €								92,24 €	92,24 €	
Juros e outros encargos	92,24 €	92,24 €								92,24 €	92,24 €	
Transferências correntes												
Administrações públicas												
Outras transferências correntes												
Subsídios												
Subsídios												
Outras despesas correntes	60 610,95 €			60 610,95 €						60 610,95 €	60 610,95 €	
Outras despesas correntes	60 610,95 €			60 610,95 €						60 610,95 €	60 610,95 €	
Despesas de capital	97 553,37 €	49 275,87 €		48 277,50 €						97 553,37 €	97 553,37 €	
Aquisições de bens de capital	97 553,37 €	49 275,87 €		48 277,50 €						97 553,37 €	97 553,37 €	
Aquisições de bens de capital	97 553,37 €	49 275,87 €		48 277,50 €						97 553,37 €	97 553,37 €	
Transferências de capital												
Administrações Públicas												
Outras transferências de capital												
Aquisição de ativos financeiros												
Aquisição de ativos financeiros												
Reembolsos de passivos financeiros												
Reembolsos de passivos financeiros												
Outras despesas de capital												
Outras despesas de capital												
<b>TOTAL</b>	<b>408 099,66 €</b>	<b>150 424,88 €</b>		<b>257 674,78 €</b>						<b>408 099,66 €</b>	<b>408 099,66 €</b>	



*Handwritten notes and signature in the top right corner.*

## 7.6 OUTROS DOCUMENTOS

### 7.6.1 DECLARAÇÕES

#### DECLARAÇÃO

Para os devidos efeitos, os Serviços Municipalizados de Saneamento Básico de Viana do Castelo, pessoa coletiva nº 680012907, com endereço no Passeio das Mordomas da Romaria 4904-877 Viana do Castelo, aqui representada por Carlota Gonçalves Borges, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Saneamento Básico de Viana do Castelo declara que os compromissos plurianuais existentes a 31 de Dezembro de 2021, se encontram devidamente registados na sua contabilidade.

111

ANO	MONTANTE
2022	461 990,96€
2023	1 528 061,53€
2024	1 535 843,10€
2025 e seguintes	5 367 600,00€

Viana do Castelo, 04 de janeiro de 2022

O Presidente do Conselho de Administração

  
\_\_\_\_\_  
Carlota Gonçalves Borges



## DECLARAÇÃO

112

Para os devidos efeitos, os Serviços Municipalizados de Saneamento Básico de Viana do Castelo, pessoa coletiva nº 680012907, com endereço no Passeio das Mordomas da Romaria 4904-877 Viana do Castelo, aqui representada por Carlota Gonçalves Borges, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Saneamento Básico de Viana do Castelo declara que os recebimentos em atraso, a 31 de Dezembro de 2021, se encontram devidamente registados na sua contabilidade.

Viana do Castelo, 31 de janeiro de 2022

A Presidente do Conselho de Administração



---

Carlota Gonçalves Borges




## DECLARAÇÃO

Para os devidos efeitos, os Serviços Municipalizados de Saneamento Básico de Viana do Castelo, pessoa coletiva nº 680012907, com endereço no Passeio das Mordomas da Romaria 4904-877 Viana do Castelo, aqui representada por Carlota Gonçalves Borges, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Saneamento Básico de Viana do Castelo declara que à data de 31/12/2021 não tinha pagamentos em atraso, de acordo com o artigo 15, nº1 al. b) da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro.

113

Viana do Castelo, 31 de janeiro de 2022

A Presidente do Conselho de Administração



---

Carlota Gonçalves Borges



7.6.2 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

ADÉRITO JORGE DE ABREU CARDOSO  
REVISOR OFICIAL DE CONTAS Nº 646

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

114

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Opinião com reservas**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas dos Serviços Municipalizados de Viana do Castelo (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 34.302.622,15 euros e um total de património líquido de 27.536.345,20 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.351.780,36 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito do ajustamento que poderia revelar-se necessário caso não existisse a limitação descrita no parágrafo bases para a opinião com reservas, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira dos Serviços Municipalizados de Viana do Castelo em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

**Bases para a opinião com reservas**

Relativamente aos bens de domínio público afetos aos Serviços Municipalizados de Viana do Castelo, não existe garantia que as Demonstrações Financeiras reflitam a universalidade daqueles bens, tanto em quantidade, como em valor, pelo que não podemos formar opinião acerca do impacto que o seu reconhecimento teria nas contas de Bens de Domínio Público e outras rubricas relacionadas, designadamente com as amortizações, Subsídios ao Investimento e Património e em consequência nos Resultados e nos Fundos Próprios.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

**Ênfases**

- 1 - De acordo com o divulgado no ponto 2.2 do relatório de gestão, sobre a adoção do SNC-AP, as quantias comparativas evidenciadas no balanço foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico anterior sendo que as principais alterações respeitam à classificação dos subsídios associados a investimento para a rubrica de património líquido próprios no montante de 11 milhões de euros.
- 2 - Chamamos ainda a atenção para a nota final do Relatório de Gestão relacionada com o valor significativo das amortizações do exercício, de infraestruturas incluídas no imobilizado dos Serviços Municipalizados, e que devem de ser transferidos para o imobilizado do Município no montante de 2,4 milhões de euros.



**ADÉRITO JORGE DE ABREU CARDOSO**  
REVISOR OFICIAL DE CONTAS Nº 646

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

**Responsabilidades do órgão executivo pelas demonstrações financeiras**

O órgão executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de atividades e de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

115

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

**ADÉRITO JORGE DE ABREU CARDOSO**  
REVISOR OFICIAL DE CONTAS Nº 646

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

**RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

**Sobre as demonstrações orçamentais**

Audítamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 5.640.650,01 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 5.633.422,14 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão Executivo é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

**Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Viana do Castelo, 13 de abril de 2022

Assinado por: **ADÉRITO JORGE DE ABREU CARDOSO**  
(D. N.º 121527701) (D. N.º 121527701)  
Data: 2022.04.13 12:52:01.00





Handwritten signature or initials in blue ink, possibly reading "M. P." or similar.



Passeio das Mordomas da Romaria  
4904-877 Viana do Castelo

[geral@smvc.pt](mailto:geral@smvc.pt)  
[www.smvc.pt](http://www.smvc.pt)



Qualidade de Serviço  
de Gestão de Resíduos Lixivados  
Presença das Unidades

